



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: ANTONIO DONATO**

TIPO DA REUNIÃO: 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA GERAL – PL 643/20

LOCAL: AUDITÓRIO VIRTUAL

DATA: 04 DE DEZEMBRO DE 2020

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Exibição de imagens
- Falha na conexão

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Boa tarde a todos e todas.

Eu queria, já que o Sr. Secretário já está presente, agradecer a sua presença, e pedir para a Rede Câmara colocar o vídeo com as instruções sobre esta audiência pública.

- Apresentação de vídeo.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Vamos dar início a nossa audiência.

Presentes os Vereadores Antonio Donato e, também, Celso Giannazi.

Presidindo a Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 24ª audiência pública virtual realizada neste ano, sendo a segunda audiência pública geral do PL 643/2020, de autoria do Executivo, do Prefeito Bruno Covas, que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2021.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do endereço [www.saopaulo.sp.leg.br](http://www.saopaulo.sp.leg.br) no link *auditórios online/auditoriovirtual*. Esta audiência está sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 27/11/2020 até o dia de hoje, e foi publicada nos jornais *O Estado de São Paulo* nos dias 28/11 e 02/12 e na *Folha de São Paulo* nos dias 27 e 30/11 e 03/12.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no site da Câmara Municipal de São Paulo no seguinte endereço eletrônico: [www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes](http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes).

Informo, também, que as demandas referentes ao orçamento de 2021 podem ser apresentadas através do formulário disponível em [www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2021/participe](http://www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2021/participe) ou enviando e-mail para [financas@saopaulo.sp.leg.br](mailto:financas@saopaulo.sp.leg.br) ou entregando pessoalmente no protocolo legislativo desta Casa que fica no 1º andar, sala 142, ou, ainda, na secretaria da Comissão, 2º andar, na sala 213 A ou 210, ambas no seguinte endereço: Viaduto Jacareí, nº. 100, Bairro da Bela Vista.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs.: Philippe Duchateau, Secretário Municipal da Fazenda, que comparece acompanhado do Sr. Vicente Affonso de Oliveira Calvo, Subsecretário do Orçamento; João Antônio da Silva Filho, Presidente do TCM,

que não pôde comparecer e será representado pelo Sr. Marcos Thulyo Tavares, Agente de Fiscalização da Subsecretaria de Fiscalização e Controle; os Vereadores da Câmara Municipal e a sociedade em geral.

Informo, também, que as inscrições ainda estão abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo. Quem estiver presente na sala virtual pelo aplicativo Teams, mas não se inscreveu pelo site e quiser fazer uso da palavra, pode se manifestar ou levantar a mão que acrescentaremos na lista de inscritos na ordem cronológica.

Como é de praxe, vou passar a palavra ao Secretário Philippe Duchateau; em seguida, para os comentários do representante do Tribunal de Contas e abro a palavra para a lista de inscritos para uso dos três minutos tradicionais.

Sem mais demora, eu queria passar a palavra para o Secretário Philippe Duchateau para que faça a sua exposição.

---

**O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU** – Obrigado, Presidente Donato. Em nome de V.Exa. cumprimento os demais Vereadores presentes e também cumprimento a todo o público conectado na plataforma ou que nos assiste pelos canais disponibilizados pela Câmara Municipal.

Bom, Presidente, eu vou reproduzir a apresentação que fiz na primeira audiência, para dar oportunidade a todos que não puderam ver essa apresentação e que aqui hoje estão conectados, para que possam acompanhar a evolução das principais receitas, os desafios das despesas e os principais agregados da peça orçamentária de 2021.

Depois, me coloco à disposição para responder as dúvidas dos representantes do Tribunal, dos Vereadores e do público presente.

Sem mais delongas, eu vou tentar colocar a apresentação na tela. Digam-me, por favor, se todos conseguem ver.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Sim.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY** – Estou vendo.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Estamos vendo, sim.

**O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU** – Esta apresentação está dividida em três partes, um olhar sobre as principais receitas e como elas evoluíram ao longo dos últimos anos; o mesmo para as principais receitas do Município; por final, as primícias econômicas e os principais agregados de despesas e receitas da peça orçamentária de 2021.

Então, a primeira seção trata do desempenho das principais receitas. A nossa maior receita: o ISS.

2015-2016. Foram anos de crise muito profunda não só na cidade de São Paulo, mas no país inteiro, e o PIB caiu nesses dois anos, aproximadamente, 7%, desde então, a Prefeitura vem mostrando a reação na retomada dessa receita, e o ano de 2020, como é de conhecimento, afetou essa arrecadação, assim como outras receitas previstas de impostos.

Aqui são os valores reais: preços de 2020 em relação a 2019 tiveram um ligeiro decréscimo. Nós veremos a frente a projeção para esse tributo em 2021.

O IPTU teve uma dinâmica um pouco diferente.

Em 2013 vamos lembrar: a planta genérica de valores e o mecanismo das travas, os reajustes maiores do que os estabelecidos pelas travas seriam parcelados ao longo do ano na medida da trava. Então, as travas para os imóveis residenciais é de 10%. De um ano para o outro são atualizados a 10%, e para os imóveis não residenciais são atualizados a 15%. Então, por isso, apesar da crise é um crescimento constante principalmente pelo benefício do experimento da correção da planta genérica de valores de 2013 ao longo do tempo pelas travas.

E, por conta do aumento da inadimplência neste ano, uma previsão de arrecadação em termos reais próximas ao que foi arrecadado no ano anterior.

O ITBI também teve seus reflexos.

Vamos falar de 2020, mas, antes, quero mostrar o ano de 2018 e 2019 em que teve uma forte recuperação, no entanto, essa recuperação – é bom lembrar – ainda muito longe do potencial arrecadatário dos anos de 2013 e 2014, quando a alíquota ainda era de 2%, mas se a gente projetar a alíquota a 3%, a gente vê que está com o ITBI na casa de 3 bilhões e ainda

estamos com 2,5 bilhões e, neste ano, principalmente, em meados do ano, o impacto foi muito significativo, nas receitas de ITBI, assim como nas receitas de outorga onerosa, mas, no final do ano, houve uma boa recuperação, e a projeção vai ficar um pouco abaixo do que foi arrecadado em 2019.

O ICMS, diferentemente do ISS, teve um impacto muito grande nas receitas, sem a recuperação no mesmo ritmo – que foi observada no segundo semestre. Primeiro, vamos fazer a conjuntura dos últimos 5 anos. Diferente do ISS, a arrecadação do ICMS voltou em termos muito mais comedidos, ou seja, em termo reais, estamos, praticamente, em 7,7 bilhões. Só no ano de 2019 teve esse reforço, lembrando que o Estado fez um programa de parcelamento bem no final do ano, então, acho que esse acréscimo foi devido, principalmente, ao programa de parcelamento no final do ano, e as receitas de ICMS, fortemente impactadas.

O IPVA também teve uma dinâmica parecida com a do ICMS: sofreu com a crise econômica, mas em 2017, 2018 e 2019, teve recuperações modestas. Em 2020, foi fortemente afetado no primeiro semestre, mas com a recuperação no segundo semestre vai ficar em patamares próximos ao real de 2019.

Transferências correntes para a saúde: é importante mostrar essa evolução muito forte de 2019-2020, do ponto das transferências do SUS e, também, da parcela do auxílio a Estados e Municípios vinculadas à saúde ou assistência social que, no caso de São Paulo, 100% destinada para a saúde.

Esse crescimento muito forte de aproximadamente 1 bi e 200 milhões a mais do que o observado em 2019 ajustado, no ano que vem, para patamares mais próximos ao percebido em 2018 e 2019.

As transferências correntes para a educação: principalmente Fundeb que é fortemente influenciado pelo ICMS e pelo número de matrículas. Então, diferente do ICMS, esse crescimento ao longo dos últimos anos deve-se a um aumento que foi verificado na quantidade de matrículas, um esforço desta e das gestões anteriores para diminuir a insuficiência de vagas na educação infantil, o que provocou uma dinâmica um pouco diferente

do Fundeb, que por sua vez é influenciado pelas receitas do ICMS.

Mas, para 2020, mesmo com o aumento de matrículas, o impacto no ICMS, produziu seus efeitos. Volto a dizer que aqui não é só o Fundeb, mas ele é o principal componente dessas transferências.

As transferências para a assistência social: como eu falei, a opção da Lei Complementar 173, da parcela da educação e da saúde, foi 100% destinada à saúde, onde houve a maior pressão, e as transferências para o SUAS ficaram em patamares próximos aos anos anteriores, mesmo com os reflexos da crise nesse segmento.

Receita da outorga onerosa do direito de construir: 2019 foi um ano excepcional; 2020, eu diria que os 500 milhões projetados para o final do ano são um indicativo muito bom apesar de toda a crise. Ela foi fortemente impactada no primeiro semestre, mas assim como o ITBI vem se recuperando muito bem no segundo semestre e tem essa arrecadação por volta de 500 milhões que é a projeção para o final deste exercício.

Há o Convênio com a Sabesp: receitas decorrentes da parcela de contraposição a prestação de serviço de esgotamento sanitário e abastecimento de água no Município, o impacto em 2020 se deve a toda frustração de pagamentos e inadimplência das contas de água dos paulistanos. Então, ela cresce de acordo com a proporção da receita da Sabesp com os seus serviços prestados no Município.

Outras transferências, especificamente, transferências de capital: 2019- 2020 vemos patamares muito menores do que dois anos anteriores, menores ainda do que os anos de 2015-2016, na época a Presidente Dilma e administração do Prefeito Fernando Haddad.

O próximo *slide* vamos tratar das despesas.

Educação: basicamente, responde a evolução das despesas com a educação básica, mas, principalmente, o crescimento por conta da ampliação da rede de educação infantil e a abertura dos novos CEUs. Este ano teve um impacto mais modesto em relação aos anos anteriores, especialmente, por conta da suspensão das atividades da rede conveniada enquanto a atividade presencial ficou comprometida por conta das medidas sanitárias. Então,

esse crescimento de 2019-2020 é um crescimento de aproximadamente de 5% menor do que o crescimento dos anos anteriores que chegou a 11% em 2017-2018 e quase 8% de 2018-2019.

Na função saúde foi o contrário, inclusive, é emblemático. Vou voltar um *slide* para mostrar que a função saúde pode até ultrapassar os gastos com a educação neste ano de 2020, em função de toda a estrutura montada para os hospitais de campanha e para ampliação de leitos, para contratação de leitos com entidades privadas e abertura de novo leitos na rede própria, por meio dos oito hospitais e reforços nos hospitais existentes.

Assistência social: já embutidos os 417 milhões que foram abertos de créditos para o pagamento do auxílio emergencial que deve acontecer na próxima semana, da Lei aprovada por iniciativa do Vereador Eduardo Suplicy e discutida no mês passado na Câmara Municipal. Além disso, há, também, o impacto da distribuição das cestas básicas e de todo o ajuste na rede de acolhida à população de rua, medidas necessárias para ampliar o horário de atendimento e oferecer as condições sanitárias adequadas nesses acolhimentos.

A compensação tarifária hoje tem um crédito aberto de 3 bilhões. Estima-se que seja necessário mais 200 milhões até o final deste exercício. Estamos com o processo de discussão desse crédito adicional. Em breve, devem ser completados esses 3 bilhões e 200 milhões, talvez, um pouco mais. É uma das ações que teve forte impacto pela pandemia por conta da redução da frota em proporção muito menor do que a redução da demanda de passageiros.

No ano que vem – eu vou falar disso a frente -, 2.250, a gente volta na expectativa de uma situação mais equilibrada entre receitas e despesas com o fim da pandemia.

Aqui, eu queria mostrar para os senhores a evolução da concessão da varrição e lixo, uma despesa essencial, muito importante. Em destaque, na faixa azul, a varrição: gastávamos por volta de 1 bi 184 milhões e, com a revisão dos contratos, passamos de contratos emergenciais para uma nova licitação e reduzimos por volta de 30% em relação ao que se gastava anteriormente. Isso ajudou a segurar a evolução dessa despesa que é tão importante e essencial.

Outra despesa que tem uma dinâmica preocupante é a do pagamento do regime próprio de previdência municipal. Ela vem crescendo a dois dígitos há muitos anos. A boa notícia de 2020 é que esse crescimento reduziu um pouquinho de que ele cresça de 2019-2020 por volta de 8%, enquanto nos anos anteriores todos acima de 10%. De 2015-2016: 13%; 2016-2017: 14%; 2017-2018: 12%, enfim, e, agora, 8%.

O que mudou aqui foi a forma de financiamento. Então, o déficit de 2018 para 2019 se manteve estável com aumento da contribuição de servidores de 11% para 14% e, também, um aumento da contribuição patronal de 22% para 28%. Isso economizou, por ano, cerca de 400 milhões de reais.

Quando a gente observa essas três despesas conjugadas e os esforços da Administração para reduzi-las, a gente percebe que elas consumiam por volta de 22,2% da receita corrente líquida em 2018; 21,6% em 2017; isso caiu para 19,5% em 2019; e a projeção de que 2020 fique por volta de 19,7, ou seja, três pontos, praticamente, vamos dizer assim 2,5, quase três pontos percentuais numa receita corrente líquida de 57 bi. Isso significa aproximadamente três bilhões de reais em aumento de capacidade de investimento ou de ampliação de recursos para outras finalidades, como educação, saúde, cultura, etc.

Bom, chegando à última seção, Orçamento de 2021. Importante falar sobre cenário. Essa projeção é com base na expectativa de mercado de 13/11. Hoje, esse número aqui de queda do PIB para 2020 está mais próximo de 4,5, e a inflação, já 3,3. Esse número chegou a ser estimado pela média do mercado em 6,5 com algumas instituições falando até em nove pontos de queda do PIB em abril, maio.

Para o IPCA, a evolução de 2019 para 2020 é de 3,25 e 3,22 para 2021. Essa projeção também aqui de inflação chegou a ser de 1,6 em meados deste ano e deu uma acelerada forte, agora, no segundo semestre.

Selic também é um ponto importante como indexador da dívida e de outras receitas e despesas municipais. A projeção é de que fique em dois pontos até final de 2020 e 2,75 em 2021, também é previsão do boletim Focus do Banco Central de 13/11.



Desemprego, sem dúvida, é o maior desafio que a gente vai enfrentar, seja no final desse ano, seja a partir do começo do ano que vem. Quando a gente coloca os dois aqui, tanto o Brasil, como a cidade de São Paulo, a cidade de São Paulo tem um pouco de defasagem na PNAD Contínua.

É possível perceber que a tendência é de um aumento forte e a gente deve, pelo menos no primeiro semestre, ter ainda números altos de desemprego, que exigem a atenção do Poder Público Federal, Estadual e Municipal, com as medidas de mitigação do desemprego.

A boa notícia é de que o mercado formal parou de cair. Chegamos a uma perda de 132 mil postos de trabalho na cidade de São Paulo no mercado formal até junho de 2020, e isso vem se recuperando lentamente, mas de forma consistente ao longo do segundo semestre de 2020, mas números ainda bem distantes do impacto que ocorreu com a pandemia.

Para a gente acompanhar um pouco o mercado imobiliário, então, esses são dados de outubro. Aqui, nas barras, são as transações do ITBI. Então, veja no item “meados do ano” aquilo que eu falei, o mercado imobiliário foi fortemente impactado e a partir do segundo semestre uma recuperação forte no número de transações. E o preço também. O preço vem crescendo em taxas maiores do que a taxa da inflação, a distância diminuiu um pouquinho por causa da aceleração dos preços no segundo semestre. Mas, essa dinâmica é importante para a gente avaliar o ITBI e as receitas previstas com as outorgas onerosas em (ininteligível) de construção.

Os quadros, então, da receita e despesa do Município no Orçamento de 2021. Projetamos uma receita de 67,5 bilhões, ela é quase 1,5 bilhão menor do que a receita prevista no orçamento e aproximadamente três bilhões a mais do que o que deve ter de receita para esse ano.

Os principais tributos: ISS, IPTU, ITBI, ICMS e IPVA, 41 bilhões, quase 80% da receita total do Município, um crescimento no ISS, no IPTU, um crescimento também no ITBI. Mas, olhem o ICMS, aquilo que a gente veio acompanhando nos *slides* anteriores, ele não volta aos patamares previstos para o orçamento. E a mesma coisa o IPVA, uma distância um

pouco menor no IPVA do que o (ininteligível) previsto no ICMS.

Quando a gente avalia as receitas não recorrentes, nos quais trago os principais destaques, prevemos 507 milhões de leilões do Cepac no ano que vem. As receitas de desestatização, 1,147 bi, dos quais 893 de concessões e permissões de uso. Aqui a principal concessão é a concessão de serviço funerário, autorizada pela Câmara Municipal, e 254 milhões de alienação dentro do programa de desestatização; 254 milhões basicamente lastreados nos imóveis que obtivemos autorização da Câmara Municipal para a alienação; um bi de operação de crédito; e os convênios com a União, convênios de capital, principalmente, União e Estado, 288 mais 55 milhões.

Aqui apresentamos o quadro de renúncias e benefícios fiscais. A principal delas aqui é, ou pelo menos começando por cima da tabela, potencial arrecadatório não exercido. O que é isso? Para evitar discussão, se é renúncia ou não, optamos por mostrar o potencial arrecadatório não exercido quando a alíquota não chega no máximo permitido, que é de cinco pontos percentuais.

Dentro desse subgrupo de potencial arrecadatório não exercido também tem as sociedades uniprofissionais, que ao invés de pagar alíquota de dois ou de cinco do seu respectivo serviço, paga um valor fixo por número de sócios envolvidos na sociedade. Então, é a principal renúncia da Prefeitura, uma renúncia de quase 900 milhões de reais com essas sociedades uniprofissionais.

Além disso, as imunidades previstas na Constituição. Imunidades para entidades de educação ou de assistência sem fins lucrativos e, também, para as igrejas. E as isenções, trago aqui as principais: IPTU por valor venal, seja o desconto de 100% por conta do valor venal ou o desconto parcial, quando o valor venal cai numa faixa intermediária entre a isenção e o recolhimento na alíquota normal.

IPTU de aposentados, IPTU dos templos, IPTU das agremiações esportivas são as principais renúncias de isenções. E aqui estão os valores: aproximadamente um bilhão de renúncias, um pouco mais de um 1,1 bilhão, quase 1,2 bilhão de IPTU por valor venal; mais

167 milhões de IPTU aos aposentados; templos, 21 milhões; e agremiações esportivas, 18. E aí uma série de renúncias e benefícios variados: 329 milhões. Todo o detalhamento disso compõe os anexos da Peça Orçamentária enviada.

Nas despesas, os 67,5 milhões, segundo os seus principais grupos: 23,5 milhões com pessoal, dentre eles, 12,1, pessoal ativo, 11,344 do inativo. Fizemos, aqui, já a apropriação das despesas de pessoal no pagamento de sentença judiciária: os precatórios alimentares, são despesas de pessoal, mas a gente, já para não confundir o que é pessoal da ativa, e pessoal inativo com um pagamento de sentença judicial, já destacamos e agregamos aqui no elemento sentenças judiciais.

Outras despesas correntes crescem em relação ao previsto no ano anterior, de 29,178; investimentos, 4,4 aqui também já descontadas as parcelas dos investimentos, que são pagos por meio das sentenças judiciais; 4,4 num nível menor do que o que era previsto na Lei Orçamentária do ano anterior, ligeiramente menor do que a nossa capacidade de execução esse ano, mas ainda um nível muito bom e satisfatório, dado todo o contexto em que o Município vive hoje, à luz da perspectiva histórica de execução de investimento.

Serviço da dívida. Voltamos a pagar 100%... normalmente, a amortização e os juros do financiamento com a União, então voltamos ao patamar de 4,785. Reserva de contingência: 220; as intraorçamentárias, que basicamente são as contribuições para a previdência, entre outras despesas entre unidades, 3 bi e 148, perfazendo um total de 67 milhões e meio.

Só para retomar esse quadro, claro que temos um desafio muito grande de colocar de volta a receita de compensação tarifária num patamar de 2,250, mas mesmo assim a gente mostra que esses ajustes que foram importantes na insuficiência da previdência, na compensação tarifária e no serviço de coleta e varrição mantêm esse espaço de pelo menos três pontos percentuais, em relação ao nível observado em 2018 da receita corrente líquida para despesas nas mais variadas áreas, incluindo a despesa de investimento.

Presidente, com isso eu encerro. Fico à disposição para responder aos comentários do representante do Tribunal de Contas e dos demais participantes, Vereadores ou mesmo do

nosso público que aqui nos acompanha.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Secretário.

Antes de prosseguir, só para combinar as regras aqui, eu vou encerrar as inscrições neste momento. Já temos cerca de 200 inscritos e a gente vai precisar ter bastante disciplina aqui, para podermos chegar bem ao final.

**O SR. OSMAR ARAÚJO** – Donato, eu queria me inscrever, Osmar Araújo.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Tá, então está garantida a inscrição do Osmar. Daí, a assessoria inclui.

Vamos lá, eu queria registrar a presença dos Vereadores: Celso Giannazi, que já registrei; Rodrigo Goulart; Soninha Francine; e Eduardo Matarazzo Suplicy. Não sei se existe outro Vereador, no momento, presente.

Gostaria de passar a palavra para o representante do Tribunal de Contas, o Auditor Marcos Thulyo Tavares.

**O SR. MARCOS THULYO TAVARES** – Obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos. Cumprimento todos os Vereadores presentes, o Secretário da Fazenda, também todos os munícipes que nos acompanham nesta audiência.

Primeiramente, eu gostaria de mencionar que o relatório de auditoria sobre o Projeto de Lei Orçamentária já foi encaminhado para a Comissão de Finanças e Orçamento e, também, à Secretaria da Fazenda para conhecimento e manifestação acerca das infringências e oportunidades de melhoria que apontamos.

Esse relatório teve como objetivo – eu já mencionei isso na primeira audiência, mas é importante frisar – verificar se o projeto de lei está compatível com a legislação e com as normas aplicáveis, com os instrumentos de planejamento, além de analisar se as receitas foram razoavelmente projetadas.

De maneira geral, o projeto está tecnicamente bem estruturado. Já havíamos comentado na primeira audiência cinco pontos que havíamos destacado. Acho que não cabe repeti-los aqui, então vou trazer só alguns pontos que ainda não haviam sido abordados na

primeira audiência, bem rapidamente, pois sei que tem bastante inscritos.

Então, o primeiro ponto é sobre a despesa intraorçamentária. Tivemos dificuldade de encontrar o valor total consolidado da despesa intraorçamentária no projeto de lei. Por quê? No demonstrativo da receita e da despesa tínhamos na coluna de receitas o valor das receitas e transferências intraorçamentárias. Mas, na coluna de despesas correntes não há essa informação. Então, para identificar esse valor tivemos de estudar várias páginas do projeto, onde constam as despesas intraorçamentárias por órgão e somando tais valores, o que compromete um pouco a transparência.

O segundo ponto é que o projeto de lei não apresenta os projetos novos, os projetos em andamento de forma segregada. Então, é necessário esclarecer se novos projetos estão sendo incluídos nesse PLOA e, em caso positivo, comprovar que as obras em andamento estejam adequadamente atendidas e que a Municipalidade efetuou a devida alocação de recursos para a preservação do patrimônio público.

Terceiro destaque. Há ações de no mínimo 102,8 milhões de reais que geram dúvidas em relação ao seu real objetivo, por terem uma descrição com uma abrangência muito ampla e, portanto, elas poderiam ser melhor detalhadas, com maior oportunidade de melhoria, possibilitando uma maior transparência e entendimento, quanto à sua finalidade.

Então, rapidamente, só para citar dois exemplos do que estou falando, a ação número 2419 tem como descrição ações de desestatização. Então, a classificação genérica num montante de 17,2 milhões de reais. E um outro exemplo é a ação número 3356, que tem como descrição regularização fundiária, essa num montante de 82,1 milhões.

Por fim, a amplitude das exclusões especificadas nos artigos 9º e 10º do PLOA, referente à abertura de créditos adicionais. Ela retira, na prática, a efetividade do limite da abertura de créditos adicionais, porque são muitas exclusões. Acaba que perde a efetividade ter esse limite.

Então, são esses os breves comentários do Tribunal de Contas. Devolvo as palavras ao Sr. Presidente Donato. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Thulyo. Registrar também a presença do Vereador Ricardo Nunes, Vice-Prefeito eleito da cidade de São Paulo e membro dessa Comissão de Finanças.

Bom, vamos, então, às inscrições. O primeiro inscrito nos nossos tradicionais três minutos é o Sr. José Renato Fonseca de Almeida.

**O SR. JOSÉ RENATO FONSECA DE ALMEIDA** – Boa tarde, Donato. Boa tarde a todos os Vereadores, Vereadoras, pessoas presentes, muito obrigado, povo da cultura aqui de novo na luta do orçamento anual, a gente sempre vem aqui.

Ótimo que eu tenha me colocado imediatamente após a fala do Tribunal, porque olhando recentemente, agora até levantei as páginas para a gente poder dialogar sobre: “O relatório do TCM (Tribunal de Contas do Município) concluiu que, apesar dos gastos para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, a Prefeitura de São Paulo vai fechar o ano com “relevante sobra de recursos livres em caixa ao final do exercício de 2020”” Isso é de outubro deste ano no portal R7.

O portal G1, em julho, dava uma nota: “Um relatório do Tribunal de Contas do Município (TCM) aponta que, apesar da quarentena, a Prefeitura de São Paulo arrecadou 6% a mais com impostos no primeiro semestre deste ano (...)”, quer dizer, quando a gente vai discutir investimentos com a Prefeitura, discutir as questões das necessidades da Secretaria de Cultura e nos falam da crise, tem algum lugar onde a informação não bate. Ou a informação da Secretaria da Fazenda ou a informação do Tribunal de Contas não bate, uma delas está estranha nesse sentido. Como o Tribunal de Contas analisa o arrecadado e o executado, eu tendo a pensar melhor nisso.

Então, a gente também aqui estranha o grande empenho de verbas que tem acontecido com eventos de final de ano, eventos do começo do ano, Carnaval, Natal, Virada Cultural, etc. num ano em que está proibida a aglomeração. Como já previsto, no dia seguinte à eleição, foi decretado um recuo para a fase amarela de São Paulo, como estava sendo anunciado um mês antes de que aconteceria, não temos aglomeração e empenho a vários

valores para eventos.

Isso causa uma grande estranheza. Voltamos a bater, precisamos discutir os 3% da cultura, sendo 1% para a Secretaria Municipal de Cultura já nesse próximo Governo, nesse próximo ano. É necessário que a gente consiga esse acompanhamento do Donato, como Presidente da Comissão. Se não houver uma relatoria, que seria o adequado, uma relatoria para a cultura, para que a gente possa fazer essa discussão.

A gente já elaborou um documento e queremos apresentar e discutir com vocês a necessidade de conseguirmos a votação do PL 343 para o auxílio emergencial, porque a gente sabe que ano que vem não vai ser fácil, colocando 50 milhões para o auxílio aos trabalhadores da cultura. Menos eventos e mais dinheiro para os trabalhadores da cultura.

Eu encerro aqui. Muito obrigado, porque já está dando o tempo de três minutos e vou respeitar. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Zé Renato.

Com a palavra, Mayara Oliveira Torres da Silva.

**A SRA. MAYARA OLIVEIRA TORRES DA SILVA** – Boa tarde a todos. Eu me chamo Mayara Torres, sou conselheira estadual da juventude e conselheira participativa municipal atuante junto à Subprefeitura de Cidade Ademar e venho fazer algumas ponderações sobre o tema da participação e do controle social.

A primeira ponderação que faço é que esse tema infelizmente não recebe, ao nosso ver, a devida importância no PL que estamos discutindo. A destinação de recursos é ínfima, a descrição das ações é genérica. E isso nos preocupa bastante, porque já durante esse ano tivemos uma experiência difícil e não muito boa como Governo Municipal, uma enorme dificuldade de dar publicidade às atividades do conselho participativo e quase não vimos atividades e ações de incentivo à participação social chegando lá na ponta, na periferia onde estamos.

E nos preocupa ainda mais a constatação de que no Plano de Governo apresentado pelo Prefeito Bruno Covas, durante a eleição de agora, as expressões “governo

aberto”, “controle social” e “conselho”, por exemplo, não apareceram nenhuma vez. Então, nesse sentido, gostaria de fazer um apelo - em nome dos meus colegas - a esta Casa, principalmente ao Sr. Vereador Ricardo Nunes, agora eleito como vice-prefeito, para que as ações, os projetos e as iniciativas que busquem promover e incentivar a participação social sejam valorizadas com investimentos, com ações por parte da Prefeitura.

Outra ponderação que gostaria de fazer é sobre a sistemática de audiências implementadas pela Prefeitura para elaboração do PLOA. O processo, a meu ver, estava cheio de falhas, cheio de conflitos desnecessários. Agora, por exemplo, entre 7 e 18 de dezembro, teremos as audiências públicas com as devolutivas para a população, e nessas audiências serão discutidas de uma vez, em uma mesma reunião, as propostas votadas pelos munícipes de duas ou de até quatro subprefeituras, e isso em dezembro quando o planejado, segundo o documento disponibilizado pela própria Secretaria da Fazenda, era realizar a etapa devolutiva em outubro. Ou seja, nos parece que houve uma falha no planejamento.

Além disso, em vez da Prefeitura realizar as audiências públicas por esta plataforma em que nós estamos, que já estamos acostumados, que comporta 20 mil pessoas em uma reunião, fará as audiências públicas em uma plataforma chamada e-Democracia, que limita as manifestações dos participantes a comentários escritos e exige cadastro para participação do munícipe. Ou seja, a Dona Maria e o Seu João, que não têm familiaridade com o mundo digital, que hoje participam das reuniões do Conselho Participativo com dificuldade, apesar de ser necessário só um *click* num *link*, para participarem dessa devolutiva precisariam de habilidade ainda maior para serem ouvidos.

Para finalizar a minha fala, eu digo que seria interessante fazer um balanço para avaliação desse processo ao qual me referi: saber se deu certo ou não, e isso sob a perspectiva dos conselheiros e dos munícipes porque é importante avaliarmos as políticas públicas para reparar as falhas, torná-las mais eficientes. E nós, do Conselho Participativo, não queremos só reclamar, temos muito a sugerir e para isso precisamos de espaço.

Quero dizer aos colegas que nós estamos reunindo as nossas críticas e sugestões



em um documento que será encaminhado à Prefeitura. E nós nos colocamos à disposição.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Próximo inscrito é Alessandro Azevedo.

(Pausa) Então, vou passar a palavra para o Vereador Celso Giannazi, que se inscreveu.

**O SR. CELSO GIANNAZI** – Obrigado. Presidente Donato, boa tarde; boa tarde ao nosso Secretário da Fazenda, Philippe Duchateau; nosso representante do Tribunal de Contas, Sr. Túlio; às pessoas da sociedade civil; e aos técnicos da Fazenda que também estão acompanhando esta audiência pública. Vou ser breve, Presidente, para que as pessoas da sociedade civil possam também falar. Há muitos inscritos, e isso é bom, a participação popular é muito boa.

Gostaria de falar ao Secretário, que nos traz dados que nós já discutimos, sobre a posição da Secretaria da Fazenda, da Prefeitura de São Paulo frente à grande pandemia. Graças à recuperação acentuada das Receitas Tributárias, quase chegamos a níveis de 2019. O nível de arrecadação, temos aí quase que 19 bilhões em caixa.

A pergunta que fica ao Secretário Philippe Duchateau é no sentido das nomeações dos concursos públicos. Todas as nomeações que nós pleiteamos, que batemos, brigamos, elas todas estão, os CEIs estão todos parados quanto aos concursos de APPGG, AMCI, APDO, AGPP. Inclusive, há manifestação do Tribunal de Contas dizendo da ilegalidade quanto à não nomeação de pessoas para cargos efetivos quando há concurso público realizado. E também, Secretário, quanto aos concursos da área da Educação, concursos de ATE, de coordenador pedagógico, de supervisores, de diretores, de professores de PEI, de PEIF e de Fundi. Gostaria de perguntar ao Secretário se as nomeações estão prontas para serem liberadas, e se há recurso destinado no Orçamento de 2021 para a nomeação de todos os aprovados nesses concursos que aqui relacionei.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Vereador. Próximo inscrito, Fábio Elias.

**O SR. FÁBIO ELIAS** – Boa tarde a todos. Eu sou candidato regularmente aprovado no concurso de Auditor Municipal de Controle Interno, mas eu represento outras três carreiras que aqui estão presentes: Analista de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional, Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental; e Assistente de Gestão de Políticas Públicas.

Venho aqui fazer três apelos à Câmara de Vereadores, mas antes vou dar alguns argumentos que justificam esse apelo. Nós sabemos que a peça orçamentária tem uma natureza técnico-política, portanto, a coerência entre o discurso e a prática deve existir. Tanto é assim que essas carreiras que são da gestão operacional e da gestão governamental, elas trabalham na qualidade da coerência entre o discurso e a prática, principalmente no momento que estamos vivendo hoje onde alguns instrumentos jurídicos que vinculam os atos administrativos como, por exemplo, os processos licitatórios, estão sendo flexibilizados. No entanto, nós nos debruçamos sobre vários atos administrativos do Executivo, e não encontramos essa coerência.

No que tange as nomeações, como excelentemente o Sr. Vereador Giannazi tocou no assunto, no ensino 2020 houve afastamento total da nomeação de servidores efetivos, especialmente nessas quatro carreiras que citei aqui. A argumentação foi frustração de receitas livres. No entanto, quando nos debruçamos sobre a transparência dos atos administrativos vimos sistematicamente nomeação de funcionários comissionados, basta ver as atas da COMAP. Vimos pagamento de bônus de resultados tanto para efetivos, que agora vai ser estendido para terceiros. Ninguém aqui está fazendo juízo de valor sobre o mérito. Aliás, os servidores efetivos merecem esse bônus pelo simples motivo de que há anos a reposição salarial, os salários vêm sendo corroídos pela inflação que não é repostas. Além disso, tentamos exaustivamente, durante quatro anos, interlocução com o Executivo que jamais, jamais foi aberta, até em nome da transparência no que tange às nomeações. Se nós nos debruçarmos sobre o relatório-resumo da livre execução orçamentária, por dois bimestres consecutivos, esse relatório aumentou a previsão arrecadatória na ordem de 700 milhões de reais. Quem quiser é

só olhar lá no Portal da Transparência.

Por último, após quatro anos consecutivos a PLOA foi enviada à apreciação do Legislativo sem proposta de fixação orçamentária que contempla qualquer uma dessas carreiras. Isso, para mim, é de uma incoerência muito grande. Primeiro, estamos falando de despesas obrigatórias de caráter continuado, portanto, são permanentes. No mínimo, isso tinha de estar previsto na LOA para ter uma discussão mais ampla no Parlamento. No entanto, sempre fica para suplementação e isso se houver interesse em nomeação.

A segunda incoerência é quando o Executivo usa sempre o argumento: olha, o direito subjetivo de vocês está garantido. Mas para exercer esse direito, a gente precisa no mínimo de dotação orçamentária que hoje não existe. Aparecem então bastante dúvida nas incoerências.

Resumindo a ópera: com base nessa montanha de insegurança jurídica que nós, candidatos, temos, venho fazer três apelos aos Vereadores. O primeiro deles é que haja uma emenda no Orçamento no sentido de fixar despesas que nomeiam os candidatos que estão regularmente aprovados; que pautem um PL que prorogue a suspensão dos prazos de validade dos concursos; e o Vereador Giannazi já seguiu nesse sentido. Afinal de contas, não adianta ter uma dotação se exaurir o prazo, e a Prefeitura provavelmente vai usar desse argumento para não nomear.

Por último, pela falta de transparência, gostaria que a Casa Parlamentar intermediasse a construção de um canal de interlocução com o Executivo, até para que tenha mais transparência conosco e... (Falha na transmissão.) ...melhor as incongruências que nós encontramos nos atos administrativos.

Obrigado e me perdoe o atraso.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado. O próximo é Renan Pedula, por três minutos.

**O SR. RENAN PEDULA OLIVEIRA** – Boa tarde, meu nome é Renan. Sou engenheiro e membro da Comissão dos Engenheiros e Arquitetos aprovados no concurso da

Cidade.

Para a nossa Comissão é um imenso orgulho poder dialogar, seja com o Legislativo, seja com o Executivo. A comunicação é fundamental e nos inunda de esperança. Acreditamos que em 2018 a Administração realizou estudos, tanto de recursos humanos quanto orçamentário, e concluiu que há verba para contratação de 118 profissionais nas especialidades de engenharia civil, engenharia agrônômica, engenharia florestal, engenharia da segurança no trabalho e arquitetura.

O concurso foi extremamente concorrido, semelhante ao da esfera federal e, certamente, selecionou os melhores profissionais do mercado. No rol dos aprovados tem profissionais com experiência tanto na iniciativa privada quanto na pública, incluindo mestres e doutores. O que nos motivou a prestar esse concurso é o fato da Prefeitura de São Paulo ter Orçamento superior a maioria dos Estados da Federação, ser honrada e ter comprometimento com os atos administrativos. Portanto, responsabilidade fiscal para avançar em 2021 e proporcionar segurança jurídica no sentido das nomeações. Diversas secretarias já solicitaram esses profissionais, sinalizando a enorme carência de engenheiros e arquitetos no âmbito da Prefeitura.

Em maio, o Sr. Alexandre, Secretário Municipal das Subprefeituras, realizou pedido para nomeação de 138 profissionais, sendo 71 engenheiros civis; 32 engenheiros agrônomos; e 35 arquitetos, visando reduzir o déficit de colaboradores nas 32 subprefeituras. Essa solicitação encontra-se em análise na Subsecretaria do Tesouro Municipal. De acordo com o pedido, a quantidade de servidores atuais não é suficiente para atendimento da demanda da cidade de São Paulo. E nos últimos anos não houve reposição.

- Pausa.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Alguém está com o microfone aberto, por favor. (Pausa) Conclui, Renan.

**O SR. RENAN PEDULA OLIVEIRA**– Acreditamos, que esse reforço nos recursos humanos não deve ser analisado sob a ótica de aumento de despesa, mas sim como

investimento sobretudo por se tratar de reposição de vacância.

A rede parceira é realidade na Cidade. Aqui não nos cabe juízo de valor dessa colaboração. Ocorre que, por exemplo, os engenheiros agrônomos poderiam além de atender diretamente às demandas dos munícipes, ajudar na fiscalização e gestão da rede parceira no âmbito do manejo arbóreo, ajudando a elevar a eficiência no uso do recurso público. Ademais, em vista dos reflexos da pandemia, dos problemas enfrentados na Cidade, e da necessidade de revisão do Plano Diretor, 2021 será marcado por muito trabalho, demandando técnicos capazes de enfrentar os desafios de planejamento e gestão de uma Cidade com o porte de São Paulo.

Direcionamos essa fala também aos nobres Vereadores e Vereadoras, que trabalham incansavelmente em defesa de todos os paulistanos, acima de tudo os mais vulneráveis do dito fundão da Cidade. O mesmo sentimento que move o Parlamento nos motiva a unir forças e trabalhar firme pelo crescimento de São Paulo. Portanto, rogamos por um canal de diálogo com o Executivo, e especialmente por um esforço dessa Comissão e da Junta Orçamentária-Financeira no sentido de viabilizar os recursos necessários para atender o pedido de nomeação da Secretaria das Subprefeituras.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Renan. O próximo é o Sr. José Tadeu Pedrosa. (Pausa) Próxima, Sra. Denise de Paula. (Pausa) Próximo, Tiago Félix da Silva Santos. (Pausa) Próxima, Wellyene Gomes Bravo.

**A SRA. WELLYENE GOMES BRAVO** – Boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Boa tarde.

**A SRA. WELLYENE GOMES BRAVO** – Sou membro do Conselho Participativo Municipal do Campo Limpo. A minha colega Mayara já fez algumas colocações. Gostaria que os senhores prestassem muita atenção nas colocações dela, e que pudessem intervir no sentido de que essa transparência que é divulgada como existente no poder público, que realmente pudesse acontecer.

Tenho participado das audiências desse PLOA 2021 exatamente porque o Poder Executivo publicou um decreto estimulando, estabelecendo uma série de regulamentos que incentivaram, e nos incentivam a acreditar que as pessoas que estão no território podem influenciar e trazer para esse território as necessidades das pessoas que ali moram que, de fato, precisam.

Esse PLOA 2021, no caso do território do Campo Limpo teve participação com muitas propostas dos municípios desta subprefeitura. O Conselho Participativo teve muito trabalho, muito esforço porque a maioria das pessoas são pessoas novas que, de forma voluntária, se debruçaram. No caso do Campo Limpo, nós nos debruçamos sobre as 620 propostas, procurando selecionar 15 que pudessem atender às necessidades dos municípios. Verificamos quanto à Saúde, Educação, o que seria possível de serem executadas. A sociedade, fizemos todo um trabalho de convocação dessas pessoas, para participar da quarta fase, que era a eleição de cinco propostas e ficamos aguardando e acreditando no discurso de um Orçamento Participativo. No caso do Campo Limpo, apenas uma única proposta foi eleita como viável e uma proposta que já estava no Plano Diretor, ou seja, que já está no Plano Diretor do Município.

Coisas como pedido de creche, a não venda de um terreno que foi autorizado pela Câmara a ser vendido, lá na região do Campo Limpo, para que fosse construído um hospital, coisas que seriam factíveis de serem consideradas no Orçamento, não foram.

Então, em relação ao Executivo, eu, como conselheira, não falo em nome do Conselho neste momento, estou falando como uma das conselheiras, me decepcionei bastante, desestimulei.

Finalizando, é nesse sentido que queria falar. Reenviei algumas propostas dos municípios do meu território para o Legislativo, e acredito sinceramente, espero que o Legislativo considere essas demandas do pessoal do Campo Limpo.

Era isso que eu gostaria de falar, além de pedir aumento do Orçamento para a área da Assistência Social, pelo menos 1%; e para o Meio Ambiente, 1%.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Dona Wellyene. Próximo inscrito, Rodrigo Cardoso.

**O SR. RODRIGO ANDRADE CARDOSO** – Boa tarde a todas e a todos. Boa tarde, Presidente Donato. Eu gostaria de dirigir minha primeira fala a você, pedindo desculpas e licença, caso eu ceda meus três minutos, mas eu queria tomar cuidado para não acelerar a minha fala.

Na última audiência, eu entendi que o senhor não me deu direito de resposta porque havia muitas para falar. Mas a minha fala, na tentativa de ser ágil para falar tudo que eu tinha a dizer, acabou sendo equivocadamente interpretada pelo Secretário de Cultura como agressiva. Mas eu entendo, minha mãe mesmo diz que, quando tento ser muito ágil, muito rápido na fala, eu acabo sendo brabo, mas como ela me conhece bem, assim como meus amigos e amigas que estão aqui, a agressividade é algo que passa muito, muito, mas muito longe da minha pessoa. Então, vou fazer o uso de pausas reflexivas e introspectivas, dar serenidade no tom da fala para que se atentem apenas ao seu conteúdo.

Primeiro, queria dizer que quando defendi os seis minutos, respeitá-lo, não defendi o fomento para a infância de teatro e juventude, que é algo que sou um dos idealizadores. Então, não gostaria que personificassem as minhas falas porque aqui não estou falando pelo Rodrigo. Eu defendi porque é superimportante, e a Lei de Fomento ao Teatro já está enforcada devido a grande demanda e sucesso, e foi constituída há 20 anos.

Mas foi interessante perceber que mesmo numa fala foi dita agressiva, no decorrer da fala dos outros amigos e amigas que me complementaram - porque a gente minimamente se organiza para que as falas se sucedam, completem e complementem as falas anteriores - o Secretário acabou reforçando coisas que deixou de comentar da minha fala para ficar elogiando o tom dela.

Ele se disse surpreso com o valor do teto para a Lei de Fomento ao Furró, de 30 mil, porque assim como ele, havia outros estudiosos, e ele também falou dos iniciadores dessa

linda Lei de Fomento ao Teatro, pela qual eu sou apaixonado.

O fomento vem do latim, é algo que mantém aceso, é algo que potencializa a continuidade e os valores praticados na Lei de Fomento ao Forró e na Lei de Fomento ao de Reggae, de 30 mil, em projeto que deveria ser anual. É impossível esse planejamento da continuidade, a potencia da continuidade porque os trabalhos precisam se estruturar.

Sobre o cálculo da lei de fomento, a qual ele deu o infeliz adjetivo de explosivo, ele disse que era meu cálculo. Primeiro, eu não quero crédito do que não me pertence. Esse cálculo eu falei rápido, pode ter passado batido, ele é do grupo de estudos do Movimento de Teatro de Grupos. Ele pegou a lei a fez o cálculo desde 2000. E quando ele disse que o cálculo era explosivo, depois, lá na frente, quando continuaram comentando, ele disse que realmente havia um equívoco no cálculo do fomento ao teatro, que deve ser de R\$21.512.280, 60.

Ademais, minhas falas que ele pegou para si, na verdade, foi para instancias acima dele, que definem o seu Orçamento, e ele acabou rebatendo, mas é porque queremos que a Cidade dita na gestão Bruno Doria, que tem o *slogan* Capital da Cultura, tenha para ele – Hugo Possolo – um orçamento de Capital da Cultura, para que possa executar dignamente esse papel.

Também ao citar a campanha na pandemia, eu disse isso não porque faço campanha, porque não faço e não o farei, mas porque a gente não teve aquele trabalho árduo que ele teve para conseguir o complemento da Lei Aldir Blanc, mas que ele tenha uma verba para trabalhar em emergência, que a gente sabe que é iminente (ininteligível) e estará aqui em 2021.

Só para finalizar, quero citar as minhas fontes, que são a lei de fomento ao forró, a lei de fomento ao teatro, o indicador paulistano da Câmara dos vereadores que fala do aumento do orçamento e também as matérias da MCC, do repórter Rafael Barefausi(?) e do Portal G1 que fala também sobre o aumento da arrecadação de 6%, como citado ao Zé.

Desculpe, Donato, por ter passado um pouquinho. Muito obrigado pelo espaço;

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Rodrigo.



Próxima inscrita, Cristiane Dantas.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Donato.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Oi.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Só para perguntar para a D. Wellyene para quem ela mandou as demandas que ela falou que enviou para o Legislativo.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Por favor, D. Wellyene, escreve no *chat* para quem a senhora mandou as demandas.

Próxima inscrita, Cristiane Dantas. (Pausa) Próximo inscrito, *rapper* Pirata.

**O SR. ANDRÉ LUIZ (Rapper Pirata)** – Boa tarde. Em nome de todos os cidadãos de São Paulo, muitos que são perseguidos pelas instituições de segurança pública e acaba tendo um efeito negativo na Cidade, cumprimento todos que estão nesta reunião, os servidores públicos e também os vereadores.

No discurso da prefeitura, no discurso do Philippe, a palavra “cultura” aparece a todo momento e, já que aparece, então eu peço 1% já no orçamento da Secretaria de Cultura, já nesse ano que entra, e 3% para a Fonte 13. E também um fundo de investimento para a população em situação de rua, de que todo mundo fala, mas andar na cidade de São Paulo você sabe como está a situação; então faça um fundo voltado para ele, porque o que achei estranho na fala do Philippe é que ele já está calculando despesa do ano que vem, ele calculou despesas que ainda ele vai gastar, que é o emergencial. Isso não foi gasto ainda, não tem nem planejamento na Cidade, só uma promessa de campanha.

Outra pergunta que eu quero fazer para finanças, e também uma coisa que eu sempre achei estranha. Por que não tem Secretário de Governo, não tem Secretário de Planejamento? Só o Secretário de Finanças está aqui para responder as ações do Governo nas audiências públicas. Isso é um problema político sério.

Mas vamos a uma pergunta sobre finanças. Philippe, se eu invisto 80 milhões de reais em uma obra da cidade de São Paulo e a vendo por seis milhões de reais, isso não é um prejuízo para a Cidade? Vocês falam de privatização, mas tem um erro sério aí nesse negócio.

Estou falando do Anhangabaú. Com o investido 80 milhões e privatiza por seis milhões? Isso é um prejuízo para a Cidade. Aí depois vocês querem tirar dinheiro dos servidores públicos, que vocês não estão contratando, vocês querem tirar dinheiro da área da educação e da cultura. Eu gostaria dessa resposta, se não é um prejuízo para a Cidade.

E eu queria também qual fim tem os 12 bilhões de reais que estão em caixa. Agora já estamos em dezembro, não tem mais esse debate, o que vai gastar lá na frente. Já estamos em dezembro. Aonde vai esse dinheiro? Porque nós temos emergencial de cultura que é de 50 milhões de reais para a área da cultura.

Gratidão.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Pirata.

Próxima inscrita, Maria Angélica Oliveira. (Pausa) Próximo inscrito, Sérgio Correa Vaz. (Pausa) Próximo inscrito, Antônio Leirton.

**O SR. SÉRGIO CORREA VAZ** – Desculpe, Vereador, eu me atrasei para entrar em cena.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Quem é?

**O SR. SÉRGIO CORREA VAZ** – Sérgio Correa Vaz.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Sérgio com a palavra, três minutos.

**O SR. SÉRGIO CORREA VAZ** – Tentando abrir minha câmera.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Nós o ouvimos bem.

**O SR. SÉRGIO CORREA VAZ** – Boa tarde, Srs. Vereadores. Obrigado pela possibilidade de participação.

Sou jornalista, sou conselheiro gestor do Parque Municipal Chácara do Jockey, eleito recentemente, participo também do Fórum Verde Permanente e entendemos nós que a questão do verde, a questão da necessidade de ter um meio ambiente melhor para São Paulo não é, digamos assim, um *plus*, não é um luxo. A questão ambiental não é um problema que vem: ôpa, temos educação, temos segurança pública, temos habitação e agora se descobriu também a questão ambiental.

Eu queria fazer uma referência, um breve relato. Quando eu cheguei em São Paulo aos vinte e poucos anos, como estudante de economia da USP, eu me lembro que eu trabalhei para a Prefeitura na entrega de IPTU em regiões afastadas da Cidade aonde sequer o correio chegava. E o que mais me deixou perplexo nos bairros da periferia, aqueles confins, aqueles limites, era a falta do verde. Não havia praças, não havia árvores, e aquilo gerava uma situação de desconforto imensa.

Por que eu digo isso? Porque a questão do verde não é meramente um luxo, ela é antes de mais nada esporte, é lazer e é saúde. Se nós pensarmos de uma forma um pouco mais a prazo e não só no orçamento imediato do ano, o verde é economia, ele representa uma economia de curto, médio e longo prazos na Cidade. Nós sabemos, os estudos estão aí: pessoas menos estressadas adoecem menos, têm menos problemas de saúde crônicos ou agudos, menos problemas de convivência, inclusive de convivência familiar.

Então a nossa mobilização é, antes de mais nada, entendermos que temos uma demanda em termos de questões ambientais na Cidade que precisam ser bem atendidas. Temos cerca de 70 parques municipais; 167 é a proposta total e é necessário e absolutamente indispensável que haja uma infraestrutura adequada para que se receba o conjunto da população.

Nós precisamos que a Secretaria do Verde e Meio Ambiente tenha recursos necessários para que haja melhor qualificação técnica dos seus quadros. Hoje nós temos diretores de parques...

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – (Ininteligível)

**O SR. SÉRGIO CORREA VAZ** – Limite de tempo?

Em suma é isso, Sr. Vereador. Nós precisamos de verde, verde é economia e acho, nesse sentido, que a Secretaria de Finanças precisa prestar uma atenção especial nesse sentido.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Sérgio.

Próximo inscrito, Antonio Leirton. (Pausa) Próxima inscrita, Cleide Aparecida de Carvalho Martins. (Pausa) Próximo inscrito, Daniel Gomes da Silva. (Pausa) Próximo inscrito, Gustavo Xavier.

**O SR. GUSTAVO XAVIER** – Boa tarde. Primeiramente quero cumprimentar todos, os Vereadores Donato, Celso Giannazi e todos os outros que estiverem aí.

Hoje venho aqui em nome do carnaval de rua. Eu faço parte do Bloco Já é, da zona Norte. A gente está do lado periférico fazendo carnaval. E estou aqui porque também faço parte de grupos de carnaval, como Fórum de Blocos, Arrastão dos Blocos e Ocupa Carnaval. São três grupos hoje que a gente pode dizer que concentram a maior parte dos blocos de rua para qualquer tipo de discussão.

Juntos, esses três grupos... (Falha na transmissão.) ...falando em nome de 350 blocos. E houve um... (Falha na transmissão.) ...apresentação da semana passada do texto da LOA, a gente constatou que o carnaval de rua estava excluído, sendo que esse ano de 2020 teve um fomento de um milhão, que fomentaram cerca de 20 blocos.

E a gente está aqui justamente pedindo aumento desse fomento, não a exclusão dele. Se com um milhão a gente pôde ajudar 20 blocos, imagina com quatro milhões, que é a verba que a gente pede hoje. A gente quer quatro milhões e a gente tem todos os argumentos, que o carnaval de rua precisa de fomento, precisa de ajuda, principalmente agora vindo esse momento de pandemia, segunda onda vinda.

E também a gente queria ressaltar que o movimento da cultura como um todo, eu faço parte também dessa luta, a gente pede que, já a partir do ano que vem, um 1% do orçamento seja empregado na Secretaria de Cultura, que não somente cerca de 0,5% como está hoje. A gente precisa de fomento, precisa de ajuda.

Para piorar, a gente ficou sabendo nesta semana que o Ministério Pública entrou com denúncia contra o antigo Secretário de Cultura e SP Turis por falhas e irregularidades nos contratos do carnaval. Colocar o orçamento do carnaval de rua na LOA é também um passo para dar transparência a esses contratos, evitar esses casos escusos, Ambev, enfim, que

ninguém fica sabendo como são feitos. Colocar na LOA, colocar em texto de lei o carnaval de rua, é isso que a gente está aqui pedindo encarecidamente.

E como movimento da cultura a gente não pode esquecer a pandemia: 50 milhões para prorrogação de um novo fomento para cultura. Precisa de fomento não, emergência, a cultura; 50 milhões para o PL 343, é o que a gente precisa. Tem gente que não tem como escrever edital, que não sabe fazer isso. Não pode deixar para uma tiazinha de 80 anos fazer edital e ainda pôr tudo no Facebook ou numa plataforma *on-line*, ela não sabe fazer isso. Tem que simplificar o acesso ao auxílio emergencial. PL 343 já.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Gustavo.

Próxima, Inti Queiroz.

**A SRA. INTI ANNY QUEIROZ** – Boa tarde a todos. Boa tarde, vereadores.

Venho mais uma vez solicitar pontos, que inclusive na última audiência da Cultura, na segunda-feira passada, eu fui ignorada pelo Secretário Municipal de Cultura Hugo Possolo. Não é a primeira vez que isso acontece, até por conta desse mesmo ponto que o Rodrigo, meu companheiro de luta, apontou de que o Secretário gosta de dizer que nós somos agressivos nas nossas falas, o que não é verdade, porque inclusive nós estamos tão cansados que nós poderíamos ser muito mais agressivos do que somos. Mas acho que nós estamos aqui lutando por direitos, a cultura é um direito, os serviços públicos são um direito. A gente não tinha nem que estar aqui pedindo, as coisas deveriam acontecer normalmente numa democracia.

Eu venho aqui falar – primeiro ponto – que nós estamos há quatro anos tentando aprovar o Projeto de Lei 376/2016, que institui o programa SP Cidade da Música, isto é, um programa de fomento à música. Nós ainda não temos essa lei aprovada, nós estamos em diálogo com a Secretaria e com a Prefeitura há quatro anos e isso não avança, porque nós não vamos botar para votar em segunda votação enquanto não tiver um consenso, um aval com a atual gestão, porque foi muito trabalho, foram dezenas de audiências, reuniões, audiências públicas, para jogar fora um trabalho feito com diversos agentes, entidades do setor. Então a

gente pede que os vereadores observem isso para colocar em segunda votação, mas que também a Prefeitura atenda nosso pedido. Nós já enviamos *e-mail* e estamos aguardando isso.

E junto a isso uma ampliação da rubrica do orçamento do fomento à música ao valor de cinco milhões, já que a gente tem uma perda muito grande dentro desse item nos últimos anos. Os músicos na cidade de São Paulo são mais de 400 mil pessoas e estão passando fome, estão vendendo seus instrumentos musicais, estão tocando na rua, piorando a situação da pandemia. Isso não é legal, então vamos ter um pouco mais de sensibilidade. São apenas cinco milhões, dentro de um orçamento como o da cidade de São Paulo isso não faria diferença.

Aproveito para fazer coro com os meus companheiros em relação à importância de ampliar o orçamento da função cultura, 3%, com metade disso distribuída para as periferias, e um mínimo de 1% para o orçamento da Secretaria Municipal de Cultura. A gente teve muitas perdas esse ano também, então 1% seria o mínimo louvável. Menos do que isso é vergonhoso.

E também pedir a aprovação do Projeto de Lei 343, que a lei emergencial municipal de cultura. Em 2021 já sabemos que não teremos vacina. Como vamos trabalhar? Com a cultura vai trabalhar? A gente precisa muito desse PL aprovado, acho que há recursos para isso, há uma forma de pensarmos juntos como fazer isso, Secretário Philippe, porque a situação hoje dos artistas, dos técnicos, dos produtores é catastrófica. Toda semana gente tem notícia de um suicídio entre as pessoas, entre os trabalhadores da cultura. Então, por favor, olhem melhor para nós. Não é à toa que a cultura está em peso aqui hoje, é porque a gente não aguenta mais.

É isso. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Inti.

Próxima inscrita, Vera Nunes Ramos. (Pausa) Próximo inscritos, Humberto Meratti.

**O SR. HUMBERTO AUGUSTO MERATTI DE OLIVEIRA** – Olá. Tudo bem, pessoal? Eu sou fundador do bloco de rua de música eletrônica Bloco PsyTrance Somos Nozes, conselheiro do coletivo Mais Direito à Cidade e diretor cultural da Associação de

Carnaval de Rua SP.

A gente apoia a PL 343 e a viabilidade do aumento dos 3% para cultura. Apoiamos também a rubrica de 4 milhões para uma linha inicial de fomento aos blocos de rua em 2021. A rubrica solicitada para os blocos de rua possibilita diretamente a contemplação de 250 blocos de rua, representando 50% dos blocos oficiais da cidade de São Paulo, blocos que muitas vezes possuem atividades ao longo do ano e necessitam de apoio.

Junto à rede de apoiadores da Associação Ocupa e esses representados em minha fala, conforme solicitado, os blocos que se manifestam pró-rubrica são: Bloco Frita Comigo, Bloco Santana Descendo a Ladeira, Bloco Fanfarrões - Seu Boteco, Bloco Fanfarrões Camaleon, Óense Bloco de Carnaval, Bloco Cecílias e Buarques, Bloco Banda do Fuxico, Bloco Unidos do BPM, Bloco Shakti, Bloco Frente de Rua, bloco É Acelero e Foda-se, Bloco Fígado de Aço, Bloco Vem com o Pai, Bloco União, Bloco Cumbia Calavera, Bloco Tâmo Junto, Bloco da Rampa, Bloco Cana Caiana, Bloco Pirikita em Chamas, Bloco Paixão Mangueirense e Bloco do Onze.

Para encerrar, gostaríamos de saber de V.Exas. se todos pensaram e dialogaram em relação e esse fomento proposto. Nossa pergunta aqui fica como entidade, associação Ocupa Carnaval de Rua SP.

Agradeço a participação de todos.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Humberto.

Próximo é Uil Ribeiro.

**O SR. UIL RIBEIRO** – Boa tarde, Donato. Boa tarde, Secretário. Boa tarde a todos.

Sou Uil Ribeiro. Participo das assembleias do Fórum do Reggae, bem como das assembleias dos movimentos culturais da cidade de São Paulo.

Primeiramente quero me desculpar por não estar com a câmera ligada, mas a internet está com instabilidade, outro problema de nossa cidade que merece toda atenção do poder público. Nada melhor do que este momento para rever esse tipo de política pública também, tendo em vista que não sou só eu que tenho esse problema. Muitos gestores, muitas

vezes a gente vê audiência na própria Câmara de São Paulo, audiências públicas como esta, vários funcionários públicos tendo dificuldades nesse acesso, o que comprova que o investimento e a fiscalização desse serviço não estão satisfatórios.

Defendendo agora a cultura, faço coro com meus colegas que já falaram anteriormente e os que virão a falar também, porque somos e estamos sempre organizados com as falas, pois o pleito é único para toda a classe. Então é relatoria separadamente para Cultura, 3% para a Função 13, da Cultura, sendo que 1% vai para a pasta da SMC. Fundo emergencial de 50 milhões para a Cultura, corroborando a fala do PL 343, que a minha queria Inti já trouxe em questão.

Faço também um agradecimento para o meu querido Rodrigo Andrade por sempre defender também tão efetivamente a linguagem de cultura *reggae*. Obrigado, meu caro Rodrigo. E perpetuando o que ele já disse, eu solicito três milhões para as atividades culturais da atividade *reggae* e a criação do Centro de Referência e Memória da Cultura Reggae, com dois milhões dessa nova linha.

Minha fala vai nesse sentido. Muito obrigado a todos. Uma ótima tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Uil.

Próximo, Gabriel Rodrigues.

**O SR. GABRIEL RODRIGUES DRAETTA** – Boa tarde.

Sou músico, também participante dos movimentos culturais. Venho reforçar o coro dos artistas e trabalhadores da cultura, reivindicando a aprovação do PL 343, do PL 373, a aprovação da Lei São Paulo Cidade da Música, orçamento de 3% para a Cultura, 1% para a Secretaria Municipal de Cultura e cinco milhões para fomento à música. Todas essas medidas são essenciais para a continuidade dos trabalhadores da música e da cultura, que atualmente, devido à pandemia, têm o seu trabalho prejudicado. Na verdade, já têm esse problema desde antes da pandemia, mas agora as coisas estão muito intensificadas, então essas pautas são fundamentais e importantes para a cultura.

Obrigado a todos. Boa tarde.



**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Gabriel. O próximo inscrito é o Sr. André Luzzi Campos.

**O SR. ANDRÉ LUZZI CAMPOS** – Boa tarde, Vereador Donato; boa tarde a todos. Muito obrigado.

É muito interessante olhar o orçamento e ver que ele ainda está num marco pandêmico. Parece que os gestores que o elaboraram não conseguiram perceber a urgência desse nosso período e a necessidade de inverter as prioridades, colocando num lugar muito mais sensível as questões dos direitos humanos, do meio ambiente equilibrado, das mudanças climáticas.

Nós estamos convivendo também com uma situação dramática da fome, do desemprego. Então esse orçamento precisa refletir respostas concretas para a garantia do direito humano da alimentação.

A cidade de São Paulo, por exemplo, é signatária do Pacto de Milão para política alimentar urbana. A gente não vê no orçamento como serão priorizadas as ações de combate à fome, de promoção do direito humano da alimentação, da agricultura urbana na Cidade.

A Cidade já tem, há 16 anos, o Programa de Agricultura Urbana, uma Lei da Vereadora Lucila, que prevê, inclusive, o IPTU para os imóveis que aderiram ao Programa de Agricultura Urbana.

Hoje, 1/3 da Cidade é zona rural. As regiões da zona Sul, Leste e Norte de São Paulo podem ser beneficiadas com o Programa de Agricultura Urbana e como conseguir uma alimentação saudável para todos e todas.

Além disso, o Plano Diretor Estratégico da Cidade também autoriza um IPTU Verde. É muito urgente a criação de incentivos aos imóveis e às famílias que pode desenvolver medidas nas suas casas, assim como nos futuros empreendimentos imobiliários sociais, a adoção de agricultura, captação de água, energia solar e outros recursos para um bem-viver na Cidade.

O Plano Diretor Estratégico prevê a criação do Plano Municipal de Segurança

Alimentar e Nutricional. Está terminando neste ano a primeira edição, precisa ser renovado. No orçamento não fala nada. Aliás, o Programa do Governo dos candidatos Bruno Covas e Ricardo Nunes não tem um elemento, uma proposta, com relação à segurança alimentar e nutricional. Então é muito urgente que, no Programa de Metas e no Orçamento, estejam contempladas as ações na área da alimentação e da agricultura.

Para finalizar, é também fundamental incentivar os parques, ou seja, a manutenção dos que já existem e a criação de novos, como o Parque do Bixiga. E aí já prever o orçamento adequado para criar a troca do direito de construção para outra cidade. O Grupo Silvio Santos quer construir lá três torres, mas que nós queremos transformar aquela região num parque comestível, num parque da cultura, num parque dos vários saberes da Cidade, para ali poder potencializar ações de cultura, de alimentação saudável, cultura alimentar. Inclusive, são medidas previstas na Lei Aldir Blanc, uma grande conquista da sociedade.

Outro elemento, seria garantir recursos para adoção e para a implantação de uma lei já aprovada também que cria a feira municipal e as feiras regionais de economia solidária. Nós precisamos inverter essa lógica e pensar outras formas de conviver e garantir uma cidade plural e sustentável.

Passo a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, André. O próximo inscrito é o Sr. Marcio Romeiro. (Pausa) A próxima inscrita é a Sra. Rita de Cássia Teles. (Pausa) O próximo inscrito é o Sr. Ademilson Ferreira da Silva.

**A SRA. RITA DE CÁSSIA TELES** – Boa tarde, Vereador Donato. Obrigada.

Boa tarde a todas as pessoas que estão aqui, aos colegas da sociedade civil que me antecederam, aos servidores que nos ouvem.

Eu acho importante ressaltar o que vários colegas já disseram com relação à aprovação do PL 343. Quero acreditar que isso não se efetivou, até o momento, porque se pretende destinar esse recurso para 2021. A gente está diante de um cenário que não sabemos quando vai acabar, a gente depende disso e conta com vocês. Os 3% do orçamento

para a cultura, que já foi dito também.

Aliás, não me apresentei, sou Rita Teles, atriz, mulher, negra, produtora cultural, educadora na cidade de São Paulo, ativista. A gente tem visto a necessidade, mais do que nunca, desse orçamento para a cultura ser considerado, esse pedido, que já não é de agora.

Fico ouvindo a colega Anny Queiroz, repetidamente, cobrando a aprovação do PL Cidade da Música, dá vontade de adentrar a esse espaço para – desculpe, gente, eu estava subindo a ladeira – o outro lado do balcão, só para aprovar esse PL. Porque é triste as pessoas durante tanto tempo, quatro anos, algo tão importante que vai contemplar tantos artistas aqui em São Paulo.

A minha fala primordial aqui seria ações afirmativas, políticas afirmativas em tudo o que se for fazer na cidade de São Paulo, mas acho que muitas pessoas aqui não estão preparadas para essa conversa. Então o meu pedido, por enquanto, é esse.

Eu gostaria de mencionar e chamar a atenção para os colegas que estão aqui para um mínimo de sensibilidade para a população em situação de rua. Hoje eu tive a oportunidade de conversar com um colega do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua e a condição em São Paulo é de aproximadamente 50 mil pessoas morando na rua.

Ele comentou o quanto aumentou em face da pandemia. São pessoas que sofrem por questões de despejo. Algo precisa ser feito. Essas pessoas já são invisíveis, o Rapper Pirata já trouxe esse ponto, eu só gostaria de ressaltar. Não por coincidência, a maioria da população de rua é de pessoas pretas. A gente precisa disso.

Encerro aqui a minha fala. Desejo um bom final de semana para todos.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Rita.

Só para organização da plenária, como a gente tem cerca de 90 inscritos, é evidente que, como vocês veem, há alguns não estão ou não se conectam, não dá para fazer blocos de 10 como fizemos na outra, mas vou fazer blocos um pouco maiores, para ter, pelo menos, duas rodadas intermediárias com o Secretário.

Estou calculando, temos o Vereador Suplicy, eu também me inscrevi, aí faríamos

uma resposta intermediária para o Secretário e depois a gente continua a lista, outra resposta intermediária e um terceiro bloco, para que a gente não perca demais o debate que foi colocado.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Donato, boa tarde. Eu pedi a minha desinscrição por problemas de conexão. Posso falar ainda?

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Pode. Vou chamar primeiro o Vereador Eduardo Suplicy, mas eu te encaixo no próximo bloco. Está bom?

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Claro.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado. Tem a palavra o Vereador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY** – Presidente Antonio Donato, quero agradecer a atenção do Secretário Philippe Duchateau, da Fazenda. Inclusive, pelo fato de termos tido um diálogo muito construtivo com ele, com o Secretário Orlando Faria, da Casa Civil, quando chegamos a um entendimento relativo ao Projeto de Lei 207, que decidiu por se pagar cem reais, por pessoa, para todas as pessoas beneficiárias do Bolsa Família e aos trabalhadores do comércio ambulante, por três meses.

O Prefeito avaliou que seria adequado fazer o pagamento agora, em dezembro, acredito que será na próxima semana, fazendo os 300 reais, de uma vez só. No caso de pessoas com deficiência será o dobro.

Eu enviei uma carta, nesta semana, ao Prefeito eleito Bruno Covas e ao Vice-prefeito Ricardo Nunes, ao Secretário da Casa Civil e ao Secretário da Fazenda Philippe Duchateau, sugerindo que para que o PL 257 pudesse ser aprovado, foi considerado o Projeto de Lei 620 que previa a instituição de uma renda básica de cidadania de caráter mais permanente e que já havia sido aprovado nas Comissões de Constituição e Justiça e de Administração Pública e estava com parecer favorável do Vereador Gilberto Natalini, na Comissão de Saúde.

Pois bem, para que fosse aprovado o Projeto 207, da Renda Básica Emergencial,

ela foi inserida no Projeto de Lei 620, mas, pela norma da Câmara Municipal, o Projeto de Lei 620, de caráter mais permanente, acabou sendo substituído e encerrada a sua tramitação.

O que eu proponho ao Prefeito Bruno Covas, certamente, com a anuência do Secretário da Fazenda Philippe Duchateau, é que possa o Poder Executivo encaminhar novamente o Projeto de Lei 620, possivelmente, na forma como estava já com parecer favorável, substitutivo do Vereador Gilberto Natalini, que era praticamente consensual, para que possamos ter em caráter mais definitivo a renda básica de cidadania em São Paulo.

Aliás, há uma cidade brasileira, Maricá, que já está pagando a ¼ da sua população, 42 mil pessoas, estão recebendo 300 mumbucas, ou reais, por mês. Até o final do ano metade da população receberá, até 2014, toda população poderá estar recebendo.

Pois bem, será que possamos fazer de São Paulo um exemplo pioneiro da renda básica de cidadania? Pondero apenas que o Secretário Philippe Duchateau mencionou que é preciso saber o que vai ser definido na área federal.

Muito bem. Podemos esperar e dialogar sobre isso, mas acredito que a decisão de ter novamente a tramitação do PL 620/2016, do Prefeito Fernando Haddad, é uma questão de bom senso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Vereador Eduardo Suplicy.

Eu quero falar rapidamente para permitir a resposta do Secretário. Mas o que me incomoda neste debate, Secretário, é que nós estamos discutindo a Lei do Orçamento, em que ela estima receita e fixa despesa.

A gente só discute a despesa, a gente não discute a receita. Se a gente não discutir a receita a gente fica numa situação mais delicada. Eu estou preocupado aqui, porque há três aspectos que eu gostaria de falar que dizem respeito à receita.

Primeiro, por lei, todo primeiro ano do Governo se tem de fazer a revisão da Planta Genérica de Valores, que dá base ao IPTU e, de alguma forma, ao ITBI. Ela foi revisada, em 2013, como o senhor falou, com efeitos benéficos para a arrecadação que perduraram até o

ano passado, com crescimento do IPTU de 10%, ao ano. Foi fundamental. Então não tem nenhuma previsão em relação a isso na proposta orçamentária, porque o IPTU cresce discretamente.

A segunda questão, eu apresentei um projeto de lei, porque não é possível a gente discutir uma cidade melhor, menos desigual - como o próprio Prefeito começou a falar, que ele agora é adepto a uma cidade menos desigual, ainda que o seu Governo não tem agido para isso, mas agora ele incorporou no discurso de campanha – e para ser menos desigual a gente precisa... o estado é o instrumento de arrecadar de quem tem mais e passar para o conjunto da população. É simples assim.

Eu me dediquei, com minha assessoria, a uma faixa de alíquota de IPTU, é uma faixa que vai do residencial até imóveis de 1,2 milhão, que não são imóveis milionários, muito pelo contrário, é da classe média, se paga 1,3%, salvo engano, ou 1,5%, não lembro agora.

Mas há imóveis, na cidade de São Paulo, vou dar um: saiu na Forbes os 238 bilionários brasileiros. Aumentou o número de bilionários na crise. O maior bilionário brasileiro é o Joseph Safra. Ele tem uma mansão no Morumbi que vale 100 milhões de reais, por baixo, mas ele paga a alíquota de 1,2 milhão.

Se a gente não mexer nessas coisas não tem saída. O pouco que a gente fez de simulação, aumentando um pouquinho para eles, não estou expropriando ninguém. Aumentando um pouquinho, a gente arrecada mais 1 bilhão de reais, com o IPTU, de 120 mil imóveis, na cidade de São Paulo, que atinge 4% dos imóveis. Ou seja, de 4%, aumentando um pouquinho, a gente arrecada mais 1 bilhão. Aí essa conversa toda aqui fica muito mais fácil.

Então eu gostaria de discutir se a receita, senão a gente vai ficar nessa de tira daqui, puxa para lá, mas se a gente não discutir a receita a gente não sai desse nó.

Isso está sendo discutido no mundo inteiro. Há bilionários americanos dizendo que deveria aumentar a taxaço dos bilionários. Toda a nossa estrutura financeira e tributária é regressiva, imposto sobre consumo. Os impostos sobre a renda e sobre a propriedade nós temos um. Sobre a propriedade a gente tem o IPTU e a gente tem de usar esse imposto para

fazer justiça fiscal.

Por último, a questão que já foi colocada aqui, que é a questão do caixa. Eu lembro das nossas primeiras conversas, no começo deste ano, a preocupação do senhor, com toda razão, sobre a frustração de receitas. Mas existiu uma série de situações, enfim, a dívida foi perdoada por esse período, foi suspenso o pagamento da dívida, veio um aporte federal e uma série de circunstâncias. A queda na arrecadação não foi tão grande e a gente tem um caixa muito alto. Até pouco tempo era mais de 19 bilhões.

É a minha impressão. Eu acho que o senhor já tem condição de ter uma posição. Hoje é dia 4 de dezembro. A gente vai ter um excesso de arrecadação, vai ser uma sobra de caixa grande, que não está no orçamento. Nem poderia estar. Essa sobra de caixa pode ser utilizada para a gente poder atender várias demandas colocadas nas audiências públicas.

Eu gostaria de apresentar essas três questões para o senhor.

Falei demais, passei do tempo. Ninguém vigiou meu tempo.

Secretário Philippe Duchateau com a palavra.

**O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU** – Obrigado a todos pelas colocações. Vou tentar ser objetivo em abordar todos os assuntos que foram colocados.

Começando pelas considerações do representante do Dr. Marcos Thulyo, sobre a receita intraorçamentária, alguma dificuldade de entender os seus fundamentos. Vamos lembrar o que é uma despesa intraorçamentária: é quando um órgão efetua uma despesa que vira receita de outro órgão dentro do próprio orçamento fiscal. Por exemplo, a contribuição sobre a folha de pagamento sendo uma receita do Ipem, para depois o Ipem gastar com as aposentadorias. Ou quando uma secretaria, como a Secretaria da Cultura ou a Secretaria de Turismo, contrata uma empresa que faz parte dentro do orçamento fiscal, como a SPCine, agora, em 2021, ou a SPTuris.

Sempre quando a despesa de um órgão promove receita de outro órgão que faz parte do orçamento esses valores são contabilizados duas vezes, por isso, que tem a marcação da modalidade intraorçamentária.

Podemos aperfeiçoar os demonstrativos para deixar mais claro ainda, mais evidente toda a composição da receita, na Peça que instrui a lei. Estamos abertos a aprimorar isso. Só que eu queria deixar bastante claro para todos é que, na sessão orçamento, da nossa página, onde a gente coloca o arquivo com toda a abertura do detalhamento das despesas, é possível ver exatamente, ao selecionar a modalidade 91, quais são os órgãos, onde está essa despesa e como eles integram o orçamento das diferentes unidades.

Em que pese que os demonstrativos estejam muito sintéticos, onde não é possível ter essa transparência, tenho certeza de que o quadro detalhado, o arquivo Excel pode ser livremente manipulado por todos, é possível ver exatamente onde estão essas despesas.

Sobre a perspectiva de o projeto de lei explicitar o que são os projetos novos e daqueles que já estão em andamento e assim fazer valer a obrigação da Lei de Responsabilidade Fiscal de não começar nada novo sem ter assegurado os recursos para aquilo que já começou, para dar sustentabilidade nos equipamentos existentes, essa é uma premissa de toda a montagem do orçamento.

Logo no início, onde abrimos para cada uma das secretarias apontar as suas necessidades e recursos para a Peça Orçamentária, essa é uma preocupação que é passada e orientada para cada uma das unidades. Então, no âmbito dessas unidades, é possível, sim, que haja a demonstração de que os recursos estão previstos, lá, para projetos. Não tiram recursos da manutenção dos equipamentos ou dos investimentos em curso.

De fato, separar isso dentro das rubricas orçamentárias seria absolutamente inviável, porque teríamos de diferenciar aqueles projetos que já são existentes daqueles novos. Então, o Orçamento, que já é muito pulverizado, multiplicaria essa pulverização e essa dificuldade de administração sobremaneira se tivesse de separar ações, para diferenciar entre o que é novo e o que está em andamento.

Porém, volto a dizer: também estamos aqui, à disposição, para construir formas de aprimorar a demonstração da aplicação dos recursos, entre aquilo que está andando e aquilo que vai ser novo. Estamos à disposição para pensar em instrumentos novos de



acompanhamento.

O meu ponto, aqui, é de que fazer essa explicitação na proposta orçamentária deixaria muito difícil a sua administração orçamentária, muito pulverizada e muito difícil para a gestão orçamentária.

Sobre os 102,8 milhões em dotações genéricas, aí usado o exemplo da regularização fundiária e das ações de desestatização, eu acho que podemos deixar o descritivo melhor ou prestar os devidos esclarecimentos, mas são ações que sabemos exatamente o que são.

Ações de desestatização são os gastos da Secretaria de Governo com as ações de consultoria, para estruturar projetos de concessões, de PPP, ou mesmo de alienações. Muitas vezes, a contratada é a própria companhia São Paulo Parcerias. É ela que tem, ali, um núcleo de técnicos que estuda e propõe para o Governo os projetos de concessões, PPPs e até mesmo alienações. A ação de regularização fundiária é o programa Regularização Fundiária, executado pela Secretaria de Habitação.

Contudo, evidentemente, estamos abertos e dispostos a deixar mais claro o descritivo dessas ações e mostrar exatamente o que é feito com esse recurso.

Sobre as exceções que tiram a eficácia do limite de remanejamento de recursos dentro da Peça Orçamentária, eu quero dizer que a proposta orçamentária que foi enviada meramente reproduz aquilo que a Câmara de Vereadores aprovou na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então, nós estamos seguindo. Estranho seria se nós enviássemos uma proposta com limites de remanejamento diferentes do que os que foram aprovados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que baliza a organização e a estrutura do Orçamento a ser discutido agora.

Então, também é importante deixar registrado, para esta discussão, que o Orçamento tem inúmeras vinculações. Ou seja, não faz parte da discricionariedade do Executivo não cumprir, por exemplo, o mínimo de aplicação de recursos da Educação e da Saúde ou a aplicação de recursos dos fundos municipais, que são aplicações destinadas em

lei. Muitas vezes, a receita se comporta de uma forma diferente daquela que é esperada e, aí, eu preciso aumentar a dotação e fazer valer cumprir as vinculações que estavam determinadas, seja pela Constituição, seja pelas leis federais ou municipais. Então, não tem sentido computar isso na margem de discricionariedade do Executivo, porque não há.

Isso fica para discussão, mas volto a dizer: o ponto principal, aqui, é o respeito à Lei de Diretrizes Orçamentárias, que, enfim, baliza a construção da proposta orçamentária. É por isso que nós mantivemos no texto os percentuais, com as exceções que ali estão.

Passando, então, agora, na ordem, pelas contribuições dos cidadãos e cidadãs. Há 3% da Cultura. Enfim, sendo 1% para a Secretaria, isso foi muito repetido nas intervenções de várias pessoas, aqui. O projeto de lei orçamentário é uma lei municipal. Então, a distribuição dos recursos entre as várias finalidades é uma discussão que compete à Câmara Municipal – destinar mais recursos para a Cultura ou menos recursos para a Cultura, *vis-à-vis*, mais recursos na Educação, na Saúde, na Habitação, na Assistência Social. Ou seja, essa é uma discussão de moldar o Orçamento de acordo com as prioridades estabelecidas pelos representantes eleitos da população.

Eu só tendo a dizer que 3% para a Educação seriam um acréscimo de aproximadamente um bilhão e meio de reais. Eu imagino que seja muito difícil para os Vereadores encontrar um bilhão e meio de reais, sem identificar a fonte. Qual é a proposta? Aumentar imposto? A proposta é tirar de alguma pasta, tirar de alguma outra? Qual é o equacionamento que gera o espaço de um bilhão e meio? Acho muito difícil, mas volto a dizer: essa é uma discussão eminentemente política, com “p” maior, porque o assunto em discussão é uma lei municipal, aprovada pela Câmara.

Quanto às considerações da Sra. Mayara Oliveira sobre o atraso no processo das audiências públicas, eu quero dizer que, sim, houve um atraso, mesmo. O cronograma previa toda uma lógica montada e as principais razões desse atraso devem-se a dois motivos. Primeiramente, há a pandemia. É certo que não sabíamos exatamente a extensão e a duração, quando o decreto foi concebido. Outra mudança importante que afetou esse cronograma foi a

alteração das eleições municipais e todo o período de restrição de comunicação com a população. Isso afetou, também, o cronograma. Por isso, nós estamos fazendo a devolutiva agora, em dezembro, e não em outubro, como inicialmente pensado, quando o processo foi montado.

Sobre a plataforma tecnológica, enfim, estamos abertos à discussão. Acho que a Sra. Mayara disse que vai enviar um documento com sugestões e alternativas. Quero dizer que estamos abertos a ouvir as contribuições e aprimorar o processo de acordo com as propostas e a discussão em cima delas.

Outras pessoas também manifestaram aqui a sua frustração contra a indicação de inviabilidade de algumas propostas. Eu espero que a audiência, por mais que seja agrupada por algumas secretarias, seja produtiva e possamos prestar os devidos esclarecimentos – por que uma proposta “a”, “b” ou “c” não foi possível, não foi viável de ser incorporada dentro dos planos de execução do ano de 2021.

Passo, aqui, então, no caminho, ao Vereador Celso Giannazi, que perguntou sobre as nomeações de concursos públicos, especialmente, da Educação. Também vi pergunta sobre abertura de concursos, porque foram citados ali alguns concursos, sendo a pauta em si a abertura de concursos. Isso também foi dito pelo Fábio Elias, dentre outros munícipes, aqui.

Esse assunto, evidentemente, assim como diversas outras medidas, foi olhado com muita atenção, muita parcimônia, no ano de 2020, por conta de todos os reflexos da crise nas receitas e nas despesas. Não sem motivo, enviamos à Câmara Municipal e foi aprovada na Câmara Municipal a suspensão da contagem de tempo dos concursos que estavam vigentes, enquanto durar o decreto de emergência. Então, foi justamente para preservar o direito dessas pessoas e avaliar melhor a oportunidade de efetivar as devidas nomeações durante esse período.

Além disso, sobre novos concursos, eu tenho a acrescentar a preocupação que nos traz a Lei Complementar 173. A Lei Complementar Federal 173, além de fazer a transferência a Estados e Municípios dos auxílios para o enfrentamento aos impactos da pandemia, também

foi uma lei que alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal e criou vedações a despesas de pessoal. Reajustes foram suspensos até 2022 e nomeação de quadros foi condicionada à reposição das vacâncias.

Então, o que eu lhe passo como resposta, Vereador Celso Giannazi, é no sentido de que, ao término do decreto de emergência, vamos avaliar o prazo de cada concurso e estabelecer uma perspectiva de nomeação desses concursados, respeitando, também, o que preconiza a Lei Complementar 173. Dificilmente, pode haver alguma nomeação ainda neste ano, mas volto a dizer: o direito dos aprovados em concurso estará preservado a partir da retomada da contagem do prazo e de um cronograma de nomeações que respeite as vedações impostas pela Lei Complementar 173.

Na sequência, eu acho que vou, pelo que estou vendo, para as considerações do Rapper Pirata, que, além de defender os 3% para a Cultura, também perguntou sobre o auxílio emergencial que fica para o ano que vem. Não é para o ano que vem. É para este ano, ainda, neste mês de dezembro. O contrato com a Caixa Econômica Federal – aí, já respondendo, também, uma pergunta ou, pelo menos, uma consideração sobre isso na fala do Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy – já está assinado, o que foi feito em tempo recorde, dada a sanção da lei, não muito tempo atrás, e o cronograma de pagamento está sendo finalizado. Deve começar no final da semana que vem ou no início da outra semana. Então, certamente, antes do Natal, esse auxílio, das três parcelas, será pago.

Sobre a dúvida de por que investimos 80 milhões e vamos vender a seis milhões, no Anhangabaú, eu preciso esclarecer ao Rapper Pirata e a todos aqueles que nos ouvem: o que são os seis milhões? Na verdade, o que foi feito foi a concessão da exploração daquele espaço. Ou seja, o Anhangabaú não foi alienado. Ele não foi vendido – nem poderia sê-lo.

O que foi feito foi uma concessão para que uma empresa assumira a administração daquele espaço, com toda uma programação, uma série de eventos para acontecer ali, a manutenção dos equipamentos que há ali, todo aquele sistema de drenagem, de iluminação e das fontes. Ao mesmo tempo, tem como contrapartida o direito à exploração das áreas

comerciais, ali, principalmente os quiosques. O cálculo econômico financeiro entre receitas e despesas previstas permitiu que houvesse a possibilidade, ainda, de ser paga uma outorga. Ganharia o leilão quem oferecesse a maior outorga ao Município.

Então, não é verdade que fizemos investimento de 80 para vender a seis. Não, seis milhões é o resultante da outorga de um processo de concessão que vai garantir, ali, para aquele espaço, uma empresa para administrar e cuidar daquele patrimônio, o que dá ainda mais segurança para todos nós de que o Anhangabaú vai, de fato, se transformar em um local de atração de pessoas. Eu trabalho aqui, do lado, e, hoje mesmo, é impressionante vermos como os esquiteiros, ali, usam muito aquele espaço, mesmo ainda não totalmente disponibilizado para a população. Temos certeza de que ali vai ser um grande espaço para eventos da Cidade e um espaço não só de passagem, como é hoje, mas de aproveitamento por parte da comunidade, aqui, do Centro, e, também, de outras regiões da Cidade, valorizando toda a região, todo o Centro e o entorno daquilo, do Anhangabaú.

Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, hoje, já existe o Renda Mínima, mas acho que uma mudança no programa municipal de transferência de renda, de forma definitiva, é um tema que está em pauta. Está em discussão no Governo e volto a dizê-lo: não faz sentido definirmos um programa sem entender o contexto que o País como um todo vai delinear para a transferência de renda no âmbito nacional. O Renda Mínima é um exemplo disso. Ele era muito mais presente antes do Bolsa Família. Depois que veio o Bolsa Família, o Renda Mínima virou um instrumento complementar às transferências de renda voltadas às pessoas inseridas no Cadastro Único, mas sempre complementando o Renda Cidadã.

Então, volto a dizer: uma política permanente de transferência de renda municipal está em pauta. O importante é saber que ela não pode ser autônoma, sozinha, sem considerar o contexto em que isso vai se dar no âmbito nacional. Isso também vemos que está em discussão, lá, no Congresso. É uma discussão para o Orçamento de 2021, inclusive. Então, é preciso aguardar para que, aí, sim, enviemos um PL com aquilo que entendemos ser necessário para complementar a transferência federal.

Agora, as considerações do Vereador Antonio Donato: por que a revisão da PGM não está no Orçamento de 2021? Vereador Antonio Donato, porque, assim como em 2013, a discussão ao envio do projeto de lei para rever a Planta Genérica de Valores vai acontecer em 2021, para ter seus efeitos a partir de 2022. Em 2013, o primeiro ano da administração Haddad enviou um projeto de revisão da Planta Genérica de Valores que tinha como premissa vigorar a partir de 2014. Então, por que cresce residual? Por que essa discussão não está aqui? Porque a Planta Genérica de Valores é prevista, sim, para ser revisada no ano que vem, mas ela vai produzir seus efeitos de 2022 em diante. Então, é por isso que não está lá.

Sim, na revisão da Planta Genérica de Valores, as faixas e as alíquotas de cada faixa são o objeto da discussão. É nelas que se espera fazer essa revisão. O que eu quero dizer e esclarecer para V.Exa. e para todos os que nos ouvem é que o IPTU, especialmente, da cidade de São Paulo, é, sim, instrumento de progressividade na cobrança de imposto – e de regressividade, portanto, como política pública geral. Metade dos imóveis da Cidade gozam de isenção ou isenção parcial, desconto. Ou seja, aproximadamente um terço não paga nada de IPTU e quase uns 20% pagam o valor proporcional ao desconto. Para os imóveis com valor venal até 160 mil – eu estou falando, agora, dos residenciais –, sendo o único imóvel do cidadão: zero, alíquota zero, isenção total. De 160 a 320, se é o único imóvel, é um desconto proporcional. Então, ele começa com zero em 160 e vai à alíquota da faixa correspondente, quando chega a 320. Depois, daí em diante, tem a progressão das alíquotas. Então, a alíquota maior é de 1,2, mas ela é progressiva ao longo disso. Então, sim, o IPTU é progressivo.

Pode ser mais progressivo, ainda – criar uma faixa adicional, cobrar uma alíquota maior? Tudo isso vai ser discutido no ano que vem, na revisão da Planta Genérica de Valores. Não temos ainda nenhum posicionamento sobre isso e, assim que enviarmos o projeto de lei, esse posicionamento vai estar claro e a discussão fica no âmbito da Câmara Municipal, até de referendar o posicionamento do Executivo. Sobre a disponibilidade de caixa, volto a dizer: o debate na eleição - eu diria - foi muito pobre. Que bom que você me dá essa oportunidade para poder falar um pouco mais sobre o caixa. O caixa da Prefeitura, um caixa de dez bilhões com

compromissos assumidos de sete bilhões é muito pior do que um caixa de cinco com compromissos de um. O caixa bruto é uma discussão um pouco míope. É importante verificar o que tem em caixa, *vis-à-vis*, as obrigações assumidas.

Então em setembro, tinha 19 bilhões em caixa, mas para avaliar se esse caixa está alto ou se está baixo, o que precisa olhar? Como estão os empenhos ou as reservas, o comprometimento das reservas *vis-à-vis* os valores pagos até então? Quanto de inscritos em restos a pagar, de anos interiores, estão pendentes de pagamentos? Como se dá o fluxo de caixa entre novas despesas e receitas para outubro, novembro e dezembro? Aí, sim, podemos avaliar se esse caixa de 19 é muito ou baixo, é muito ou pouco. Então, volto dizer: o caixa, por si só, não diz muita coisa. O que importa é a diferença entre a disponibilidade de caixa e as obrigações assumidas.

Para o final do ano, estima-se que teremos um déficit orçamentário de dois bilhões e meio. O que aconteceu com 2019? Aproximadamente dois milhões e meio em disponibilidade de caixa livre do Tesouro, livre das obrigações – essa que eu estou mencionando -, e outros cinco bilhões aproximadamente em disponibilidade de caixa livre de recursos vinculados, principalmente em operações urbanas, Fundurb, entre outras vinculações.

Então aproximadamente - estou falando grosso modo - sete bilhões e meio de fundo de caixa. Neste ano vamos ter um déficit orçamentário de dois bilhões e meio, vai consumir boa parte desses recursos livres de caixa, que virão no ano que vem, e uma pequena parte dos recursos vinculados. Vamos lembrar, gente, que houve autorização legislativa para usar toda sobra de caixa das operações urbanas e do Fundurb. Com as transferências federais, com os auxílios e com a retomada da arrecadação, esses dois não vão mexer. Então vai virar três bilhões de reais para as operações urbanas livres e vai virar, aproximadamente, 700 milhões – se não me engano, de Fundurb, entre outras vinculações. O grosso vai estar nos recursos vinculados, o que dão um fôlego para continuar os investimentos dentro das operações urbanas ou relacionados a esses fundos.

É essa a minha avaliação sobre a situação atual ou mais recente da posição do

caixa e o término do exercício. Acho que percorri todas aqui. Espero ter sido objetivo e claro o suficiente para dar as respostas.

Fico a disposição para continuar ao longo da audiência.

**O SR. PRESIDENTE( Antonio Donato) -** Vamos seguir. Evidente que sempre tem contrapontos a serem feitos, mas não vou estender neste momento.

Gostaria de convidar o Alessandro Azevedo, que foi chamado no início e teve um problema de conexão. (Pausa) Alessandro, três minutos. Continua com problema.

O próximo é o Ademilson Ferreira da Silva. (Pausa) Ausente. Vania Neuhart Teixeira. (Pausa) Ausente. Bruna Alves Pereira Silva. (Pausa) Ausente. Fabio Lúcio Sanchez. (Pausa) Ausente. Deiglisson Monteiro da Silva. (Pausa) Ausente. Marco Antonio Vieira de Santana, três minutos.

**O SR. MARCO ANTONIO VIEIRA DE SANTANA -** Boa tarde, Presidente Donato; a todos que estão participando dessa *live*. Entrei para participar dessa *live* a convite de uns Vereadores e o intuito é externar uma insatisfação de boa parte da população que mora na periferia.

Vivemos um sério problema de infraestrutura, as pessoas estão sofrendo bastante por esses lados aqui de Guaianases, Itaquera, José Bonifácio, propriamente, Itaim Paulista. Pessoas gastando mais de uma hora para andar pouca coisa, coisa de três quilômetros no horário de pico. A minha insatisfação é por que a Prefeitura não consegue separar um orçamento para dar uma atenção a essa infraestrutura, certo? Pedimos para o Vereador, ele encaminhou até um documento para essa área e ele disse: olha, nós vamos dar uma olhada. Mas também é preciso que a gente da população cobre de vocês. Cobrar por que não é dado uma atenção, o que pode ser feito para ajudar essa população, porque é difícil, cara.

Este aqui é um bairro dormitório, a pessoa mora no Centro, chega para morar aqui, gasta de duas, 2h30 para chegar aqui no local. Se você tem que entrar em contato com o Vereador, ele consegue encaminhar a situação para a área de infraestrutura, só que se não tiver esse respaldo da Secretaria de Finanças para poder encaminhar esse recurso para que



seja feito alguma coisa aqui, porque a situação do cruzamento da Av. Luís Mateus, com a Passagem Funda, Saturnino, bairro de Guaianases, está caótica. Guaianases hoje é um bairro totalmente inviável, logisticamente. Só que é um bairro onde estão sendo construídos diversos prédios, condomínios.

E a Prefeitura, e como o próprio Secretário falou, que o Anhangabaú vai gerar recurso, a melhoria aqui do bairro também vai gerar muito recurso. De início, não é visível, mas gera recurso no comércio, nos imóveis do local. É um bairro totalmente carente, que precisa de infraestrutura, precisa de ajuda do povo, tanto ajuda cultural, porque o povo não tem acesso nenhum à cultura. É um povo que precisa ter um lugar para acomodar o *funk*, que atrapalha nas ruas. Não ter um local apropriado para o *funk*, ele atrapalha e incomoda as pessoas que precisam dormir para trabalhar no dia seguinte.

A Prefeitura tem que dar uma atenção, liberar recursos para acomodar esse pessoal, porque é sim uma expressão cultural. A população precisa de uma atenção, também, verificar essa falta de infraestrutura aqui na zona Leste. É fácil para quem tem um recurso, igual eu poder sair. Mas eu não vou sair do bairro que eu moro. Vou ficar aqui e lutar pela sua melhoria. Era o que eu tinha dizer. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Marco Antonio. Próxima, Evinha Sampaio. (Pausa) Ausente. William Raphael.

**O SR. WILLIAM RAPHAEL** - Boa tarde a todos. Pessoal, estou aqui, também, para reforçar o que a Inti trouxe, sobre o projeto de lei Lei Cidade da Música. É uma discussão que já existe, antes de 2016, na verdade, porque ela foi aprovada em primeira instância na Câmara, mas ela já tinha três anos discussão. Tinha sido redigida com a colaboração de muitas pessoas. Tinha previsão de que ela fosse aprovada em 2019 para ser aplicada agora em 2020. Então reforço essa necessidade, até pela vocação que a cidade de São Paulo tem em relação à música. O respaldo que ela trouxe sobre os cinco milhões para a música, em relação à Lei de Emergência da Cultura, o PL 343.

Também, gostaria de incluir a questão sobre eventuais recursos remanescentes da

Lei Aldir Blanc, porque trago uma fala de caráter mais qualitativo. É sabido que muitos músicos, não só músicos, os demais artistas, as entidades sequer conseguiram se inscrever. Então acho que é preciso ter essa atenção, especialmente, porque no ano que vem é provável que o cenário permaneça semelhante, pelo mesmo no início do ano.

Em relação à questão que foi falada antes que é mais voltada à Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social, embora tivéssemos regulamentação federal e outros planos de Lei Emergencial, quem convive na Cidade sabe que quem mora na rua não tem sequer um RG, não consegue cadastrar seu nome para receber recursos, não tem aplicativo, internet. Sei que os CATs estiveram disponíveis para esse apoio, mas foi de uma maneira muito tímida. Acho que precisa repensar. Aí é uma fala mais qualitativa em relação ao uso desses recursos, para que eles cheguem às pessoas que realmente precisam.

Por último, tenho uma curiosidade. Faltou eu falar na última audiência sobre isso. Eu gostaria de entender uma questão sobre a rubrica da Secretaria Municipal de Transportes. Toda a verba que entra em publicidade: nos ônibus, em terminais, relógios urbanos, como isso é contabilizado no orçamento, porque esses espaços são nossos ativos, é nossa área pública, nossa área comum e não faz sentido que esse retorno fique somente para as empresas contratadas.

Muito obrigado. Era que eu tinha dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, William.

A Vereadora Soninha Francine havia se inscrito para essa segunda rodada. V.Exa. quer fazer uso da palavra agora ou mais tarde. (Pausa)

**A SRA. SONINHA FRANCINE** - Pode ser agora, Presidente...

- Falha na conexão.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** - Próximo inscrito, Klayson Santana.  
(Pausa) Ausente. Sueli Moretti.

**A SRA. SUELI MORETTI** - Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente Donato, demais Vereadores, representantes do Governo, por uma cidade mais ecológica e humana.

Estou representando o Fórum Verde Permanente de Parques, Praças e Áreas Verdes e o Movimento Parque Chácara do Jockey. Venho aqui reafirmar a carta compromisso do Fórum, da necessidade de 1% do Orçamento para a área ambiental, compromisso aqui assinado por alguns Vereadores presentes: Donato, Soninha, Suplicy, Celso Giannazi, dentre outros. Muito importante, também, que esse compromisso também foi assinado pelo Prefeito Bruno Covas.

Então quero reafirmar esse compromisso de 1% assinado pelo Prefeito eleito, e por que nós do Fórum lutamos pela questão de 1%? Não é mais possível a Cidade viver com total descaso com as políticas ambientais e tudo que ela significa, pelas nossas relações sociais, ambientais e efetivas.

O Governo Bruno Covas apresenta no seu PL, aqui em discussão, sabe quanto está dotado nesse PL que estão discutindo? Está sendo dotado apenas 0,3% do Orçamento para a Secretaria do Verde, menor que este ano de 2020. Isso é inadmissível. O Orçamento deste ano, Vereadores, Secretário de Finanças, Vice-Prefeito e demais, significa uma degradação das políticas ambientais e o desmonte total, praticamente, da Secretaria do Verde.

Outra questão, além do 1% que é essencial. Quero colocar que somos totalmente contra a proposta de concessão predatória dos parques públicos apresentada nesta atual gestão. Também reforçando que seja acatada e respeitada a elaboração dos Planos Diretores Participativos dos Parques Públicos. Então reafirmo, a importância de 1% do Orçamento para a Secretaria do Verde.

Agradeço a todos os Vereadores presentes que assinaram essa carta compromisso e agora, também, o Prefeito eleito assinou. Por isso, Secretário de Finanças, acho que temos de rever esse orçamento colocado na Câmara, que estamos discutindo. Vamos todos rever esse orçamento colocado e já fazer essa alteração de 1% para a Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

Agradeço a todos. Obrigada!

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** - Próximo inscrito, Francisco Bodião.

**O SR. FRANCISCO EDUARDO BODIÃO** - Boa tarde a todos. Vou na sequência da minha companheira, Sueli. Faço parte do movimento Parque Chácara do Jockey, aqui na zona Oeste. Como integrante também do movimento do Fórum Verde Permanente.

O Fórum elaborou uma carta este ano e com apoio dos Vereadores: Donato, Daniel Annenberg, Soninha, Suplicy, José Police Neto, Toninho Vespoli, Celso Giannazi, estamos fazendo o enfrentamento do desmonte da Secretaria do Verde.

Saudamos os Vereadores em nome do Presidente Donato, queremos registrar a luta que estamos fazendo contra o desmonte da Secretaria do Verde. A Secretaria vem perdendo, no tempo, a capacidade de ser uma articuladora de política pública, de ser uma Secretaria que implementa a política pública, de fazer o seu papel de fiscalização. A Secretaria carece de técnicos, carece de corpo profissional. Então estamos muito preocupados com o cenário do meio ambiente na Cidade. Então a gente reivindica 1%, a reposição de 1% para a Secretaria do Verde para que ela possa, minimamente, cumprir com o papel dela.

Então, para além da reestruturação da Secretaria do Verde, precisamos dedicar atenção à questão das áreas de mananciais, uma preocupação muito grande com o desmatamento, com as invasões que estão sendo feitas. O Vereador Natalini, inclusive, sempre esteve com a gente nessa luta, tem um dossiê importante sobre o desmatamento das áreas de mananciais e o Governo atual precisa - agora depois de reeleito - dedicar atenção e garantir o orçamento para fazer a proteção das áreas de mananciais.

Pensando no escopo maior, que são os parques e áreas verdes na Cidade, parques, praças e áreas verdes, reconhecer o papel estratégico e sistêmico na questão da saúde pública; promover investimento na implantação, manutenção e manejo dos parques; promover e qualificar participação da sociedade civil na gestão e manutenção de praças também.

Então quero fazer aqui uma observação sobre o poder deliberativo dos Conselhos Gestores. Os conselhos, de forma geral, que exercem controle sobre o Poder Público, que estão garantidos na Constituição de 88, de forma paulatina vêm sendo desconsiderados e

fragilizados na cidade de São Paulo. No ano passado os Conselhos Gestores de parque perderam seu poder deliberativo. Isso dificulta demais a ação da sociedade civil e favorece o interesse de outros grupos que atuam e querem também atuar na gestão parques.

Encerro por aqui. Agradeço, novamente, ao Presidente Donato pela parceria e compromisso na defesa do meio ambiente na Cidade. Agradecer aos Vereadores: Daniel Annenberg, Suplicy, José Police Neto, Celso Giannazi, Toninho Vespoli e Vereadora Soninha Francine. Também reivindicar, em nome do Fórum Verde, a recomposição do 1% para a Secretaria do Verde.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado. Próxima inscrita, Claudia Santana.

**A SRA. CLAUDIA SANTANA MARTINS** - Boa tarde a todos. Sou Conselheira, primeira suplente, do Parque da Aclimação e membro do Fórum Verde Permanente de Praças, Parques e Áreas Verdes.

Gostaria de defender, nesta audiência pública, o aumento no percentual destinado ao orçamento municipal a Secretaria do Verde Meio Ambiente. Nós do Fórum defendemos que esse valor retorne ao que era no início dessa década. Não é nenhuma reivindicação exorbitante. É o valor que nós já tivemos aqui, ou seja, 1% do orçamento.

De início, gostaria de observar que essa reivindicação faz parte da carta compromisso do Fórum Verde, que foi submetido aos candidatos majoritários e proporcionais. Vários Vereadores que estão aqui, os que não estão, assinaram essa carta nessas últimas eleições e, como já falaram os companheiros Sueli e Chicão, o Prefeito eleito Bruno Covas assinou essa carta compromisso, comprometendo-se, portanto, com o valor de 1% do orçamento para a Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Não é possível o Prefeito assinar o compromisso com 1% e nós termos apenas, 0,3% como está previsto agora. É simplesmente vergonhoso.

Como conselheira, acompanho o dia a dia do meu parque e, como membro do Fórum Verde, estou em contato com conselheiros de vários outros parques e o que verifico é

que temos problemas comuns e muitos deles decorrem da falta de verba da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Estamos o tempo todo nos deparando com falta de funcionários nos parques para fazer os serviços mínimos, e quando precisamos que algum conserto seja feito em algum equipamento do parque, geralmente a resposta é que Secretaria de Verde não tem verba disponível no momento. Muitas vezes temos de esperar meses, até que alguma coisa seja feita. Outras vezes, infelizmente, nada é feito. Em consequência os nossos parques estão se deteriorando, estão em situação de abandono. Há parques em que até os banheiros e bebedouros estão simplesmente em estado de ruínas.

É preciso que o Poder Público reconheça o papel estratégico das áreas verdes na questão da saúde pública promovendo investimentos para implantação, manutenção e manejo dos parques, praças e áreas verdes. É necessário, também, promover e qualificar a participação da sociedade civil na gestão e manutenção das praças. Além disso, é preciso fortalecer as políticas de participação e controle social dos parques urbanos, como disse o Chicão, em todas as suas funções, garantindo, inclusive, essa função deliberativa prevista na Lei Municipal 15.910/13, que criou os conselhos gestores dos parques urbanos.

Neste momento de pandemia, o papel dos parques, praças e áreas verdes na Saúde e bem estar psicológico da população ganha um destaque especial.

Finalizando, eu enfatizo que, mais do que nunca, é hora de os Vereadores da Cidade apoiarem a causa do fórum verde, todos por 1% no orçamento para a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Tem a palavra a Sra. Durvalina Soares Silva.

**A SRA. DURVALINA SOARES SILVA** - Boa tarde a todos. Boa tarde, Srs. Vereadores, Sr. Secretário e cidadãos presentes aqui na audiência. O meu assunto é relativo a gasto com pessoal, porque, segundo os relatórios do TCM, o relatório referente à fiscalização de 2019, a Prefeitura só gasta 35% do orçamento com pessoal, seja ativo, inativo ou

pensionista.

Nós estamos submetidos a uma lei de 0,001% há muitos anos. A nossa situação é, de fato, vexatória. É um absurdo que a Prefeitura de São Paulo trate assim os seus empregados, porque aqui nós não estamos cobrando nenhuma bolsa, nós não estamos cobrando nenhum favor, nós não estamos cobrando nada disso. Nós estamos cobrando que os nossos salários acompanhem a inflação. Nós temos tido perdas inflacionárias. Isso não é aumento de salário. Quero deixar isso muito claro. Não há lei infraconstitucional que impeça a Prefeitura de dar reajuste, revisão inflacionária para os seus empregados, vamos chamar assim, porque assim fica mais claro para todo mundo entender qual é a nossa situação. A Prefeitura, como patrão nossa, que é o que ela é, precisa ser responsável com as nossas vidas. Não é possível que, de repente, a gente vire o bode expiatório para todos os problemas de caixa que a Prefeitura traz aqui. E quem já está há muito tempo, na Prefeitura, sabe muito bem que a questão de caixa depende muito do que se quer fazer com o dinheiro público, dinheiro que não é do Prefeito de plantão, mas dinheiro que é da cidade de São Paulo.

Só para dar uma ideia, entre 2008 e 2019, nós tivemos um reajuste acumulado de 1,11%. Isso é justo, está beleza e está OK? Sinto muito. Isso é um absurdo completo, e mais, fere a Constituição Federal no seu artigo 37, que nos garante a revisão inflacionária. Mais, nós tivemos ADIs que foram analisadas, referentes aos quadros de analistas da Saúde e da Administração, e o TJ declarou que foi confirmado pelo STF que é obrigação de a Administração pôr o desgaste inflacionário periódico. Mais, as OSs, que já gastam, na casa de dez bilhões, por ano, têm os seus contratos reajustados.

Vejam bem: Quando a gente fala que é preciso de concurso, recompor quadro etc., fala também de gente que está aí trabalhando, ocupando o lugar que poderia ser até dessa mesma pessoa, só que concursada, contribuindo para o Ipem, com tudo normal, e ela já está ocupando e sendo paga pela Prefeitura, via OS. Então, essa conta não fecha. Nós não aguentamos mais. A situação é dramática e eu espero que a gente tome vergonha na cara e que a gente resolva a situação, porque a Justiça já nos deu, e nós vamos atrás.

Obrigada e boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Tem a palavra a Sra. Isabel Santos.

**A SRA. ISABEL SANTOS** - Obrigada pela oportunidade. Boa tarde a todos. Sou gestora cultural e coordenadora do fórum do forró de raiz de São Paulo e membro do coletivo dos movimentos culturais da cidade de São Paulo, que está presente na Subcomissão de Cultura desta Câmara.

Venho aqui reforçar e agradecer a participação de todos que me precederam, porque nós estamos num trabalho em conjunto e há pessoas não só envolvidas com Cultura, mas também com bastante conhecimento na área técnica e de leis e orçamentos.

Então, se a secretaria está precisando de uma mão, a gente pode ajudar. Lembro, reforço que a Cultura é essencial para a sobrevivência humana e é um direito reconhecido e instituído pela nossa Constituição. A calamidade, nesses últimos meses, escancarou a todos essa relevância para a sociedade, que está refém desse isolamento.

Diante disso, como compreender que, em 2021, a Cidade que se orgulha ser a capital da Cultura, planeja investir tão pouco no setor? Está abaixo de 1%, bem abaixo. Falo do recurso pretendido para a Secretaria Municipal de Cultura, quando todos sabemos que o mínimo para atender às demandas da população, no seu direito constitucional, é de 3%. Então, que tenhamos um crescente aumento desse percentual, sendo imediatamente 1% para 2021. Cultura também é a solução para diversos outros conflitos na Cidade, nos quais são aplicados recursos de forma paliativa, quando a Cultura é a solução preventiva para esses problemas. Falo em inclusão social, bem estar físico e psíquico, harmonização da diversidade, valorização e transmissão dos saberes e fazeres de todos os povos que aqui vivem e finalmente nos auxilia a encontrar sentido em fazer algo não só por nós mesmos, mas pelo todo, pois, nas práticas vivenciais, em coletividade, todo mundo adquire autoconhecimento e compreensão, pois, em equipe, é possível ir mais longe.

Além disso, Cultura é a identidade de um povo. Pergunto aos senhores e senhoras presentes: "Onde, nesta Cidade, é possível nos reconhecemos brasileiros e transmitir nossa



cultura para as novas gerações, se não há um plano contínuo dessas práticas vivenciais ocorrendo nos espaços culturais e escolas?" Ainda é mais preocupante do que não haver os espaços. Neste ano, são inúmeros os nossos mestres e trabalhadores da Cultura que ficaram sem recursos de subsistência, no município, durante a pandemia, pela impossibilidade de trabalharem.

Apesar de o movimento social ter construído, junto a esta Casa, à Câmara, o PL 343, atendendo às premissas da emergência, a mesma ainda não se consolidou, como lei, de forma a permitir repasse desse auxílio. Conhecimento que detêm esses mestres e profissionais da Cultura levam décadas para ser adquirido, e estamos perdendo inúmeros desses patrimônios vivos.

Que o orçamento contemple, ao menos, 50 milhões para o Fundo de Emergência Municipal, e que a lei do fomento do forró seja respeitada no seu mínimo de cinco milhões, como foi solicitado, atendendo à necessidade de espaço de práticas contínuas de produção cultural do forró. Solicitamos dois milhões para implementação do centro de referência do forró. Neste momento, ele está sendo reconhecido, pelo Condephaat, como patrimônio cultural do Estado. Nada mais lógico do que o seu centro de referência seja capital, uma vez que, na capital, há uma grande contingência dessa cultura pelos seus nativos e herdeiros que aqui estão.

Agora falo pelos Direitos Humanos, sobre uma rubrica para um mês da Cultura nordestina, em três milhões para 2021.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Tem a palavra o Sr. Alessandro.

**O SR. ALESSANDRO AZEVEDO** - Boa tarde a todos, guerreiros e guerreiras da área da Cultura, que anualmente fazem esse trabalho. Não é só na época da disputa do orçamento, mas sim o ano todo.

Eu gostaria de parabenizar as falas do Sr. Presidente Donato, no sentido de trazer para esse debate informações técnicas muito precisas.

Então, Sr. Donato, parabéns, porque isso nos ajuda e ajuda o Executivo também a rever as suas falas em relação ao uso do orçamento da cidade de São Paulo. Que bom que nós estamos numa Cidade que tem 20 bilhões em caixa, que tem sobra de recurso para este ano. Isso pode mudar muito o nosso ano de 2021, se depender de vontade política. Se houver vontade política, a gente pode mudar a cenário para 2021, que ainda sofre muito com essa pandemia.

Eu quero fazer coro à fala dos parceiros que me antecederam, em relação ao nosso pleito na área da Cultura, dos 3% para a Cultura Metade Periferia, para a Secretaria Municipal de Cultura e dos 50 milhões para o fundo de Cultura de calamidade pública. Quer dizer, em aprovando o PL 343, é prioridade para nós, da área da Cultura, que esse PL seja aprovado e que ele tenha recurso para poder ser executado em 2021, pela efetivação, pela votação em segunda, e para a efetivação do Conselho Municipal de Cultura isso é necessário. Não pode uma Cidade como São Paulo não ter a participação dos trabalhadores da Cultura para discutir os rumos da Cultura na cidade de São Paulo.

Então, pela aprovação do Conselho Municipal de Cultura, nós estamos aguardando a Secretaria Municipal de Cultura fazer a sua contraproposta em relação ao que já foi apresentado, para seguir rumo em relação a isso, pela implantação do Plano Municipal de Cultura.

Aqui eu faço também uma reivindicação, para que os pontos de Cultura tenham uma rubrica de 15 milhões, já que o indicativo do Executivo é de apenas mil reais nessa rubrica, dez milhões para o circo, fomento ao circo; um milhão e meio para o festival internacional de circo; um milhão e meio para o centro de memória de circo; e por concurso público para servidores públicos na Secretaria Municipal de Cultura, porque se houver recurso e se não houver quem possa executar, fica inviável.

Aí há uma proposta, que é assim: Se o Executivo, de fato, que está aqui presente, pudesse coletar essas demandas que estão sendo colocadas aqui, para que, no próximo ano, a peça orçamentária viesse do Executivo já com essas contribuições, ajudaria, em muito, essa

nossa disputa.

É muito importante que o Executivo cumpra aquilo que é deliberado no Legislativo. A gente faz uma luta danada no Legislativo, aprova um orçamento "x", e não se executa. Então, é necessário que o Executivo não faça ouvido de mercador, mas que faça se cumprir o PL aprovado na Assembleia Legislativa.

Por último, faço uma solicitação, para que todos os PLs que foram votados, em segunda, na área da Cultura, a gente consiga aprovar esses que estiveram aí.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Tem a palavra o Sr. Rogério Peixoto.

**O SR. ROGÉRIO PEIXOTO LIMA-** Muito obrigado pelo convite. Eu sou Rogério Peixoto, do fórum verde. Eu queria reforçar o que os meus colegas já falaram aí, sobre a elevação da dotação orçamentária da Secretaria do Verde para 1%, como era em 2010, na Administração do Sr. Eduardo Jorge, e o orçamento era bem menor do que é hoje.

Lembro que, no plano de metas da Prefeitura, no plano de metas para 2030, está escrito que nós vamos chegar, em 2030, com mais de 200 parques em São Paulo. Então, é uma coisa contraditória. Na medida em que o orçamento vem caindo, e hoje é menos do que 0,3%, a Prefeitura pretende criar mais de 200 parques até 2030. Então, a gente precisa reforçar essa demanda de 1% da Secretaria do Verde, para fazer frente a essas despesas que vão surgir.

Outra coisa que foi falado pelo Chicão é sobre os mananciais de São Paulo. Nós estamos perdendo as áreas de mananciais para as ocupações, sejam construções autônomas, seja o Governo, quando constrói rodoanel ou pretende construir um mega CEAGESP lá em Perus e pretende aprovar também a construção de um empreendimento lá em Paranapiacaba, que se chama Centro Logístico de Cargas. Quer dizer, se esse empreendimento for aprovado e se, a dez anos, a gente for ver, vai estar tudo com favelas em volta e vai ser o começo do fim de Paranapiacaba, que é nossa joia de conservação e de patrimônio histórico que a gente tem em São Paulo, que é a única candidata que nós temos, em São Paulo, a ser tombada pela

UNESCO, Paranapiacaba. É a única que tem potencial para isso.

Falo também quando o Governo constrói os equipamentos públicos aqui na cidade de São Paulo, como fez onde seria o Parque dos Búfalos, na zona Sul, na margem da Represa Billings. Em 2015, construíram um mega conjunto habitacional lá, que hoje é o segundo maior da Cidade de São Paulo e só perde para a Cidade Tiradentes.

O que o Governo faz com isso? Está dando mau exemplo, porque está estimulando que mais pessoas vão morar nas áreas de mananciais, e a gente precisa fazer o inverso: Precisam tirar essas pessoas das áreas de mananciais e trazer para dentro da Cidade, colocando essas pessoas para morar mais perto do centro de São Paulo, onde estão os empregos. Há a infraestrutura já pronta de transporte e de saneamento básico principalmente.

Então, nessa última campanha agora, nós mandamos essa sugestão para os candidatos. Em vez de pensarem em trazer emprego para a periferia, como isso já vinha sendo tentado há décadas e ninguém conseguia fazer isso, desde a época da Sra. Erundina, vamos então pensar em fazer o contrário: trazerem as pessoas para morar mais perto do centro de São Paulo, onde estão os empregos, onde as pessoas trabalham.

O que nós vamos conseguir com isso? Nós vamos salvar as matas nas áreas de mananciais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Tem a palavra o Sr. Paulo Roberto Silva Santos.

**O SR. PAULO ROBERTO SILVA SANTOS** - Boa tarde a todos. Eu sou Presidente do Conseg Cidade Ademar e ex-coordenador do CPM Cidade Ademar.

O primeiro ponto, em função da fala da Sra. Mayara, para o Sr. Secretário Philippe, digo para que as devolutivas aconteçam sim, usando o Microsoft, esse que nós estamos usando, nessa plataforma, e não outra plataforma que as pessoas não conhecem, pois ia ser mais difícil ainda todo o cidadão utilizar e falar nesse evento.

Há outra coisa importante que eu gostaria de saber do Sr. Secretário. Estou muito

feliz. É mais um passo na busca da Cidade Ademar. Então, nós precisamos do orçamento para a desapropriação e o orçamento para a construção. Assim, gostaria de saber qual é o valor que, pelo menos, está orçado para desapropriação e o valor que está orçado para construção.

Sr. Presidente, muito obrigado pelo espaço.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Tem a palavra o Sr. Osmar Araújo.

**O SR. OSMAR ARAÚJO** - Olá. Gostaria de cumprimentar as Vereadoras, os Vereadores e demais autoridades aqui presentes. Saúdo as companheiras e os companheiros que nos escutam, em especial os que exercem a fala com coragem e destreza. Eu os admiro, porque não sou muito bom nisso.

Sou do fórum de pontos de Cultura da capital e dos movimentos culturais da Cidade. Também fui conselheiro de uma das Casas de Cultura, de Tremembé, aqui na zona Norte.

Vamos aos pedidos. Há aqui a minha lista de pedidos: Mais recursos para a Cultura, a Educação e a Assistência Social na zona Norte, que é sempre esquecida. Precisamos também de 50 milhões para o PL 343, de emergência cultural, pois, no ano que vem, continuaremos na pandemia e haverá o agravamento da crise econômica, gerado por esse desgoverno federal. Falo em 3% para a Cultura, metade para as periferias, sendo que já, em 2021, 1% para a secretaria, onde estão as políticas públicas de fortalecimento da Cultura.

O resto, gente, é evento, evento. A gente gosta de evento, mas é evento. Não é estruturação das políticas de Cultura. Falo em um milhão para o Conselho Municipal de Política Cultural, que esperamos seja implementado no ano que vem.

Também solicito 15 milhões para a rubrica de implantação de pontos de Cultura, Cultura viva, ressaltando que os pontos de Cultura abrangem todos os setores de linguagem, do rumba ao rock, passando pelo gospel, do teatro da infância para o teatro do adulto, do circo, dance, capoeira e por aí vai. Entretanto, Cultura viva prioriza Cultura comunitária. Por isso, beneficia quem mais precisa, as periferias.

Na audiência da Cultura, o Sr. Secretário Hugo Possolo apresentou uma rubrica de

2,8 milhões. Depois S.Exa. mesmo se corrigiu, dizendo que seria uma verba federal. Então, eu achei estranho, porque contar, com uma verba federal de um Governo Federal que criminaliza e desqualifica a Cultura, é muito arriscado.

Então, conto com a sensibilidade dos Vereadores e das Vereadoras aqui presentes e também, ao longo dos trabalhos, espero a aprovação do orçamento, para serem aumentadas as rubricas dos pontos de Cultura, para 15 milhões, que foi o valor de referência, quando o programa chegou aqui na Cidade.

Por fim, peço recursos para a realização das eleições dos conselhos das casas de Cultura, e que seja reservado o valor atualizado das eleições que foram realizadas em 2016, quando fui eleito como suplente e depois subi à cadeira, na Casa de Cultura do Tremembé.

Lamento que o Sr. Secretário, quando escuta uma irregularidade sobre as Casas de Cultura, ele tente silenciar as pessoas e ameaçando. Isso é démodé. O gestor público tem de se aproximar dessas pessoas para entender o que está acontecendo: se é uma falha, se é uma eventual irregularidade e corrigir.

Então, o importante é que sejam feitas essas eleições porque os conselhos das Casas de Cultura são instrumentos de democratização da cultura e também são um instrumento de controle dos recursos públicos da Cidade. Então, pelas eleições das Casas de Cultura no ano que vem, mais cultura, 3% para a cultura e a metade para as periferias. É isso aí, gente, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Osmar. Solange Taverna.  
(Pausa).

A Vereadora Soninha já está conectada?

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Suplicy.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** – Tenho uma entrevista agora as 18h e vou precisar me ausentar, mas quero expressar o meu cumprimento ao Vereador Presidente Antonio Donato porque sou testemunha de como ele iniciou a presidir a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, às 9h, foi para além das 13h, mais de quatro horas de sessão e

agora retomou às 15h e continua trabalhando praticamente sem descanso. Não sei nem se teve tempo para almoçar. Parabéns, Antonio Donato, só para registrar o meu apreço e admiração pelo seu trabalho.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Suplicy, mas eu almocei, sim, deu tempo. Obrigado.

A Soninha está dizendo aqui que a conexão está muito ruim. Ela ouve, mas não consegue falar. Então, vamos seguir a lista. Alexandre Alves de Araújo. (Pausa). Agora, Naná Roots.

**A SRA. NANÁ ROOTS** – Boa tarde, família. Boa tarde a todos que vieram e que falaram. Quero desejar uma boa tarde a Mesa virtual.

Novamente estamos aqui fazendo nossas defesas e aí me preocupa muito a fala quando se diz que não tem recursos, de onde tirar os recursos e é esta Casa que vê essas questões.

Sou Nana Roots, do projeto ReggArte, trabalho com cultura inclusiva e temos um espaço chamado Casa ReggArte, que é uma demanda emergencial para atender a Lei 13.146 que são as residências inclusivas.

É um ano pandêmico, um ano difícil para a cultura e muitos coletivos e espaços como o nosso estão prestes a fechar. Então, novamente, falamos da importância do PL 343 e, mais do que o PL, a distribuição. Tivemos a Aldir Blanc que não socorreu a todos os espaços.

Em 2015, lutamos por essa lei. Fizemos passeatas e aconteceu. Em 2019, foram destinados 17 milhões de reais em defesa dos direitos das pessoas com deficiência e só utilizaram quatro milhões desse valor. Isso foi a outro lugar. Por isso que volto a pedir que olhem com respeito à cultura inclusiva PCD. Volto a dizer: é muito difícil sair com um grupo de cadeirantes para uma apresentação e no final dela receber o nosso muito obrigado, porque infelizmente, dessa forma não dá para chegar na ENEL e dizer muito obrigado porque eles não vão aceitar, nem a Sabesp, nem lugar nenhum.

Outra preocupação é esse remanejamento de recursos para outras áreas. Estamos

vivendo um momento de pandemia. Existe o Fundo Municipal de Cultura que a gente não consegue acessar porque houve remanejamento. Mas como vou descobrir um santo para cobrir outro?

Pedimos um olhar para rubrica da cultura inclusiva PCD e acreditamos que esses recursos que precisamos para que a cultura ande esteja nesses recursos que saem pelas meias, pelas cuecas, pelos fundos e vão seguindo. Peço novamente um olhar com relação à cultura inclusiva PCD, ao PL 343, ao Conselho Municipal que vai ajudar nesse diálogo com o sistema.

Obrigado a todos. Boa noite.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Próximo inscrito, Leandro Chemalle.(Pausa). Jorge Luis Vespero Britto Garcia. (Pausa). Silvia Maria Tommasini (Pausa). Ginalvo Silva de Santana. (Pausa). Marilene Araújo (Pausa). Washington Luiz Pereira de Souza. (Pausa). Ana Raquel Santos Valério.

**A SRA. ANA RAQUEL SANTOS VALÉRIO** – Olá. Sou Ana Raquel Valério e represento a categoria dos arquitetos aprovados no concurso público no edital 00 de 2018. Já em 2017 foi encontrada a necessidade de reposição do pessoal por conta de vacância por aposentadoria. Em dezembro de 2018, foi realizado concurso que contou com mais de 80 mil inscritos e selecionou-se os 58 arquitetos aprovados, além dos alocados em cadastro reserva, que represento hoje nesta reunião.

Em julho de 2019, o concurso foi homologado e, desde então, diversos pedidos para nomeação de profissionais foram feitos por Secretarias Municipais. Peço especial atenção para o pedido de 2020, da Secretaria Municipal de Subprefeituras, que pediu autorização para nomear 35 arquitetos para repor seu quadro de profissionais. O pedido realizado ressalta a necessidade de nomeação por conta das subprefeituras encontrarem, de acordo com as palavras delas, muitas dificuldades na prestação de serviços técnicos, serviços de zeladoria e obras por falta desses profissionais, além de causar morosidade na análise e conclusão de procedimentos administrativos de competência dessas unidades.



Também ressalto a necessidade de profissionais aptos a coordenarem a revisão do Plano Diretor Participativo, documento de suma importância para o desenvolvimento e coordenação da Cidade e que se baseia na consulta pública da população paulistana. Para o devido decorrer do processo que se baseia na consulta processo participativo e para garantir que as vozes diferentes setores da sociedade das diversas regiões sejam ouvidas é fundamental que o processo seja acompanhado por profissionais capacitados. A realização de discussões por setores da sociedade interessados na contribuição de ideias e críticas é mentoreado por profissionais arquitetos e urbanistas em diversos estágios, desde a organização do local de reunião à coordenação da discussão, à publicidade e transparência do processo até o documento final a ser enviado para aprovação dos senhores e das senhoras.

Ainda pode ser acrescentado que outras secretarias também necessitam de profissionais para repor suas vacâncias e que o período de recuperação pós-pandemia deve ser marcado por muito trabalho para readequação de espaço e construção de cidade segura, algo que eu e meus colegas aprovados estaríamos dispostos a enfrentar para manter a cidade de São Paulo como exemplo para os diversos municípios brasileiros, como sempre foi.

Não foi nomeado nenhum profissional do nosso concurso e, por consequência, essas vacâncias ainda não foram preenchidas.

Espero que ao endereçar essa fala aos nobres Vereadores e Vereadoras da cidade de São Paulo nosso pedido seja recebido de forma positiva e dotado da importância que merece. Saibam que os mesmos sentimentos que movem as senhoras e os senhores a trabalhar para construir uma São Paulo melhor a cada dia também nos move a pedir a nomeação dos profissionais de arquitetura para juntos transformarmos a Cidade que temos na Cidade que queremos.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Ana Raquel.

Próximo inscrito, Haroldo Ceravolo Sereza. (Pausa). Próxima inscrita, Paula Carolline Costa de Santana. (Pausa).

**A SRA. PAULA CAROLINE COSTA DE SANTANA** – Boa noite a todos e todas.

Primeiramente, cumprimentar o Vereador Donato e todos os membros da Comissão de Finanças e Orçamento e o Sr. Secretário de Finanças Philippe Duchateau.

Sou Paula Caroline e estou aqui hoje representando os engenheiros civis, florestais, agrônomos e de segurança aprovados no concurso da Prefeitura realizado em 2018. Agradeço o espaço para dialogar com os senhores sobre as necessidades da cidade de São Paulo.

Sabemos da suma importância dos engenheiros para fazer uma São Paulo ainda melhor para o desenvolvimento das diversas regiões da Cidade e para solucionar problemas demandados pela população, principalmente no fundo da Cidade, que sei que é a preocupação constante dos senhores.

Entretanto, há uma deficiência de dinheiro na Cidade, deficiência essa explicitada nos diversos pedidos de nomeação de engenheiros para reposição de vacância e até hoje não houve nenhuma nomeação. Já foram solicitados engenheiros para a Secretaria Municipal das Subprefeituras; Desenvolvimento Urbano; Licenciamento; Educação; Habitação; Verde e Meio Ambiente; Cultura; Infraestrutura; Assistência e Desenvolvimento Social; e pela PGM.

Para evidenciar a necessidade da nomeação desses profissionais, faço uso das palavras do Sr. Secretário das Subprefeituras Alexandre Modonezi no pedido de nomeação de que (ininteligível) na sua pasta entre engenheiros civis e agrônomos. Ele disse: “a quantidade de servidores atuais não é suficiente para atendimento das demandas da cidade de São Paulo e, nos últimos anos, não houve reposição de vacâncias. Atualmente, encontramos muitas dificuldades na prestação de serviços técnicos e serviços de zeladoria e obras por falta de profissionais.” Ele continua dizendo que o esvaziamento dos quadros de pessoal acarreta prejuízos tanto no que diz respeito às questões internas quanto aos serviços prestados aos cidadãos, assim como prejudica as questões de gestão, desenvolvimento e planejamento, quesitos necessários a uma Administração de qualidade.

Nós, como engenheiros da cidade de São Paulo, queremos contribuir com o modelo de gestão das cidades. Nesse sentido, poderemos ser aliados na eficiência dos

recursos públicos ao fiscalizar e gerir contratos, além de atender diretamente as demandas dos munícipes naquilo que é de competência exclusiva desses servidores.

Os próximos quatro anos serão desafiadores. Teremos a da revisão do Plano Diretor de 2021 e os engenheiros serão essenciais para o trabalho que está por vir e estamos prontos para contribuir com a Cidade.

Dessa forma, pedindo aos senhores o esforço para viabilizar recursos necessários para a nomeações de engenheiros a fim de suprir as demandas existentes. Solicitamos encarecidamente um canal de diálogo entre aprovados e o Executivo, especialmente com a JOF, para que possamos discutir a aprovação de pedidos das subprefeituras que já está nos tramites finais.

Nesse sentido, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Philippe Duchateau se há previsão a curto prazo de nomeação de vacância de engenheiros e arquitetos solicitados pela Secretaria Municipal das Subprefeituras?

Agradeço pelo espaço e pela escuta.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Paula. Torcemos por vocês, que o Executivo tenha sensibilidade para que a gente possa preencher todos os quadros vagos.

Próxima, a Sra. Maria Cecília Pellegrini Góes. (Pausa). Próxima, Elielma Maria.

**A SRA. ELIELMA MARIA COELHO CARVALHO LOPES** - Boa tarde. É a primeira vez que eu participo. Não sabia nem que ia me posicionar. Contudo, com as falas dos colegas, eu fiquei impressionada. Sou educadora hoje falo preferencialmente pela cultura e, especialmente, pelo forró.

Sou educadora e eu tenho dito muitas vezes que a educação hoje sozinha não dará conta de atender as demandas das questões sociais que a gente recebe dentro das escolas e aí entra a cultura. Hoje, a cultura tem o poder de transformação social muito potente, mas com poucos recursos.

Então, hoje eu estou aqui para fazer voz junto com os colegas por 3% do

orçamento para cultura porque se queremos uma educação que fortaleça, que faça transformação social, ela precisa ser amparada por outros meios.

A questão ambiental é muito forte, eu gostei da fala dos colegas, precisamos ensinar aos nossos jovens, mas da cultura é importante e, preferencialmente, o forró. Estamos na maior capital, na capital da cultura, mas a nossa cultura não é valorizada. É a primeira vez neste ano que vejo movimentos acontecendo do forró e já estou no meio há 19 anos. É sempre uma luta.

Estamos acostumados a ser só. É a primeira vez que a gente se reúne em grupo com recursos e aí veio a Lei de Fomento, agora, o Festival de Forró pelo Coletivo SP Forró. Então, endosso o que a Isabel Santos falou: 3% para cultura, cinco milhões para Lei de Fomento e difusão do forró e mais de dois milhões para o Centro de Referência porque a capital do Forró precisa de um centro de referência e três milhões para o mês de Cultura Nordestina, que eu acho que é justo. Se somos nós, nordestinos, que fazemos esta capital andar, que colocamos a Cidade realmente funcionando, a gente precisa de investimento na nossa cultura.

Essa é a minha fala. Agradeço a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Elielma.

Próximo inscrito, Zé da Lua. (Pausa). Evandro Paz.

**O SR. EVANDRO PAZ** – Olá, boa noite, senhoras e senhores. Boa noite, Presidente Donato.

É uma satisfação estar aqui. Sou professor Evandro Paz e faço parte de alguns coletivos de forró na cidade de São Paulo.

O forró se tornou um grande elo entre a cultura nordestina e a cultura absorvida pelo Sudeste em São Paulo, que significou um forró no espaço urbano, isso depois foi exportado para o mundo inteiro. A cidade de São Paulo é o link de tudo isso, pois concentra grandes grupos vivenciando forró de distintas formas nas várias matrizes: dança, a música, o Cordel, a gastronomia e etc. Isso gera valor econômico social imenso.

Fiz graduação em dança na Anhembi Morumbi, em São Paulo, dou aula de forró desde 1995 em São Paulo e outros estados e viajo todo ano, passo três meses na Europa, Estados Unidos, América do Sul, Ásia dando aulas internacionalmente de forró. Nunca tive nenhum apoio público para isso. Comecei a frequentar o movimento lá no movimento universitário, na década de 90, e eu via milhares de pessoas dançando forró sete dias por semana. Esses espaços são muito democráticos. Há pessoas de todas as classes sociais, idades, credos, ideologias e etnias interagindo em perfeita harmonia, sem nenhuma briga, criando um sentimento a comunidade, de pertencimento. Por isso resolvi ser professor de forró.

Só que vivemos nessa sociedade que tem mais do que o verbo ter do que do verbo ser como importante. Esse estilo de vida do forró é muito libertador, mesmo aqui na metrópole temos a sensação de comunhão entre esse urbano e o tradicional. Esse forró é urbano, mas tem um pé no barro, no ancestral. É muito louco isso. Essa coisa do forró urbanizado se espalhou e hoje nós temos mais de 100 festivais de forró pelo planeta. Isso cria um intercâmbio cultural que traz os estrangeiros ao Brasil, vem conhecer essa cultura, aprender a língua portuguesa nas letras das músicas de forró.

Dito isso, termino aqui em nome dos coletivos do SP Forró, do Fórum de Forró, do Coletivo Mundial de Forró. Faço parte de vários coletivos. Solicito para 2021 os cinco milhões para Lei Municipal de Fomento ao Forró, Lei 17.086, para cobrir as atividades dos forrozeiros; dois milhões para a criação do Centro de Referência do Forró na cidade de São Paulo onde poderemos instrumentalizar os agentes multiplicadores em todas as matrizes do forró.

Às vezes, o pessoal não sabe fazer um release, não sabe como é ser contemplado no edital, não tem noção de como é que funciona os recursos públicos e vai servir também para isso. E três milhões para criar uma dotação para realização, em outubro, do Mês da Cultura Nordestina. Tudo isso somado vai pulverizar a chegada de recurso em vários períodos do ano garantindo a sobrevivência de toda uma cadeia produtiva do forró em São Paulo.

Depois desse duro golpe da pandemia, se não fosse a Lei Aldir Blanc, confesso que realmente não saberia como é que estaríamos.

Agradeço, sabendo que podemos contar a compreensão dos senhores da importância da comunidade forrozeira paulistana na cidade de São Paulo e sendo referência internacional para o forró.

Reforço, claro, o pedido de 3% para a cultura e os cinquenta milhões para a lei emergencial da cultura. Muito obrigado. Boa noite

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Evandro. Próxima, Íris de Franco.

**A SRA. ÍRIS DE FRANCO** - Boa noite a todos.

Sou Íris de Franco, sou professora e pesquisadora de forró-dança. Estou há 23 anos no movimento forrozeiro em São Paulo e vim aqui falar pelos trabalhadores da cultura e do forró. Sou Paulistana, sou formada em artes pela USP e pós-graduada em moda pela Santa Marcelina e fui professora de artes da rede Infantil e Ensino Fundamental da cidade de São Paulo.

Represento o forró urbano sudestino que mistura esse ser contemporâneo com o ancestral, como professor mestre Evandro Paz acabou de falar.

O forró tem um alto poder de transformação e harmonização social. Ele mistura classes, raças, credos, tribos, gêneros, idades, e ele é vivido de formas muito diferentes em todas as regiões de São Paulo, não só à maneira nordestina e pelas comunidades nordestinas descendentes de migrantes. Existem outras maneiras de viver o forró em São Paulo nas escolas de dança de salão, nos forrós que mesclam as matrizes da dança e da cultura popular ao forró e, ainda, na forma que eu chamo de forró urbano. Esse estilo urbano de viver o forró, que se difundiu pelo mundo, como o Professor Evandro Paes falou e hoje são mais de cem festivais pelo planeta, dissemina uma imagem de um Brasil pacífico, inclusivo e que deu certo. O Brasil é admirado no Exterior pelo forró. Mas quando eu retorno... eu fomento o forró através do coletivo feminista Mulheres que Conduzem e dou aula diariamente aqui em São Paulo. E eu tive a oportunidade de ministrar cursos em vários festivais de forró pelo mundo e em muitos Estados brasileiros, mas quando eu retorno aí do Exterior para a cidade de São Paulo eu tenho

oportunidades minúsculas para fomentar a minha pesquisa, fomentar o registro e a formação continuada no forró. A maioria das iniciativas que existem são isoladas e individuais e com recursos privados. E hoje eu faço parte de coletivos como SP Forró, o Fórum do Forró de São Paulo, a Frente de Mulheres no Forró e o Mulheres que Conduzem, que buscam melhores políticas públicas para a cultura, especificamente para o forró.

Então, para o ano de 2021, pleiteamos 5 milhões para a Lei de Fomento do Forró; 2 milhões para um centro de referência do forró na cidade de São Paulo; 3 milhões para o Mês da Cultura Nordeste e que sejam destinados 3% do orçamento anual da cidade de São Paulo à Cultura e 50 milhões como fundo emergencial de calamidade pública à Cultura, por conta da pandemia, o PL 343. E que o acesso a esse fundo seja facilitado para as pessoas, para aquelas que não têm *internet*, que tiveram dificuldades de se inscrever na Lei Aldir Blanc e que são as que mais precisam e, às vezes, não têm acesso a essas leis emergenciais.

A cidade de São Paulo precisa honrar, ser uma das capitais da Cultura, melhorando o seu orçamento para, no mínimo, de 3% e atendendo aos trabalhadores da Cultura com esse fundo emergencial.

Agradeço a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Íris.

Próxima, Vanessa Tavares. (Pausa) Próximo, Tiago Reis. (Pausa) Próximo, Ivan Carvalho.

**O SR. IVAN FERREIRA SANTOS DE CARVALHO** – Boa tarde. Estamos com mais de três horas de duração desta audiência pública e o nosso querido Vereador Suplicy, que pode pedir música no *Fantástico*, porque tem as três maiores votações - 1988, 2016 e 2020 – parabenizou o Donato. Mas eu, assim como o Donato, participei das mais de três horas desta audiência de manhã e estou aqui. Gostaria de ressaltar a importância do Philippe Duchateau estar aqui presente, Philippe, porque você não esteve presente nas audiências temáticas, tanto na de Cultura, na última que teve, quanto na de Educação e de Saúde. E a sua ausência aqui, por mais que venha um técnico representar, impossibilita o diálogo.

Eu sou Professor de Educação Infantil, da DRE Campo Limpo. O que eu queria questionar é a falta de investimento na infraestrutura das escolas. Mais uma vez, eu nunca trabalhei em uma escola da rede municipal que não tivesse, pelo menos, uma sala com goteira e, neste momento, vocês estão já intencionando um possível retorno. Então, é muito complicado isso. Tem uma falta de gestão, no meu entendimento. Nós queremos entender como é que estão sendo preparadas essas questões. A Ângela Merkel, na Alemanha, soltou um investimento de 500 milhões só para a ventilação das escolas, 500 milhões de euros. Isso dá 3 bilhões de reais. Então, aqui nós vimos que têm 19 bilhões parados. O Donato fez um questionamento muito importante. Eu acho que é importante responder à população.

Eu defendo que vá 1% para a pasta da Assistência Social; 1% para o Verde; 3%, como está sendo pedido aqui, para a Cultura; que a Educação tenha cumprido a sua Constituição Municipal, que teria de ter, no mínimo, 31%. O nosso Plano Municipal de Educação, que foi picotado em 2015, exigia que fosse 35% para a Educação.

Além de compor o Fórum Paulista de Educação Infantil, também frequento as reuniões do Fórum do *Reggae*. O *reggae* é uma linguagem que está tendo o seu orçamento cortado, Philippe, pela metade. A dotação está sendo de 700 mil para 2021. Tivemos uma dotação de 1,3 milhão para 2020 e foram executados 700 mil. A linguagem *reggae* vem sendo excluída há muito tempo e nós participamos dessas reuniões, Philippe. Esta não é a primeira reunião que participamos, nem a primeira gestão, no caso.

Vale lembrar aqui o movimento cultural que fez a ocupação em 2016 e pleiteou um aumento que, depois, foi congelado – 42% para a Cultura -, e a Cultura nunca voltou a ter o orçamento que tinha.

Então, aqui nós não estamos pedindo favor. Nós somos munícipes. Nós somos servidores municipais e que já tivemos o nosso salário tirado da fonte de 11 para 14% e temos a informação, pelo Caio Miranda – que era do PSD, não foi reeleito e mudou para o Democratas... É o Caio Miranda Carneiro, que agora deve estar tentando refazer a vida política dele, mas ele já falou na rede social dele que vocês vão fazer o Sampaprev 2 na próxima



gestão. Então, eu gostaria, Philippe Duchateau, nosso Secretário da pasta envolvida nesta questão, eu queria muito a sua resposta sobre essa fala do Caio, Vereador ainda em exercício, que está falando que para a próxima gestão vai ter o Sampaprev 2 para os servidores municipais. Eu agradeço todas as falas da sociedade civil que defenderam os servidores municipais que, nesta gestão, tiveram o aumento de desconto da contribuição previdenciária de 11 para 14% de seus salários.

Muito obrigado pela oportunidade de fala, Donato. Estamos juntos na luta, aí, pessoal.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Ivan.

Eu vou ouvir mais uma pessoa e vou fazer a segunda rodada com o Secretário e, depois, vamos para a rodada final, tentando controlar aqui, mais ou menos.

Próxima inscrita, Rita de Cássia Vieira e Silva. (Pausa) Ivani de Sousa. (Pausa)

—  
Mateus Henrique Berto.

**O SR. MATEUS HENRIQUE BERTO** – Mais conhecido como Mateus Muradás.

Boa tarde a todos. Parabéns a todos que estão há 3 horas debatendo o Orçamento para 2021.

Sou Mateus Muradás, Conselheiro do Parque do Carmo e integrante do Fórum Verde Permanente. Como os meus companheiros citaram, ao longo de 2020 o Fórum Verde fez um esforço significativo para disseminar, entre os candidatos a vereador e os candidatos a prefeito, a nossa Carta Compromisso. E o objetivo número 1, que nós pedimos no Compromisso, era de 1% para o Orçamento do Verde e Meio Ambiente. Infelizmente, o Orçamento do Verde e Meio Ambiente foi reduzido, mais um ano, para 0,3%.

Em nossa Carta Compromisso nós conseguimos a assinatura de amplos partidos. Os candidatos a prefeito, quase todos assinaram: Boulos, Orlando Silva, Tatto, Márcio França, Marina Helou e o Bruno Covas assumiu esse compromisso com o Verde e Meio Ambiente de aumentar o orçamento para retomarmos o orçamento de 1% para a Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Então, foi suprapartidário. Há um entendimento da Cidade de que é importante a

pauta do Verde e Meio Ambiente e, aí, eu queria fazer uma fala em relação à quarta onda da pandemia. A pandemia da Covid-19 tem ondas e uma delas é em relação à questão da depressão. E os parques urbanos têm um papel fundamental. Imaginem que as pessoas ficaram isoladas dentro de casa, estão com o convívio bastante diminuído e isso agrava os problemas de saúde mental. E os parques urbanos têm um papel fundamental para terapias ocupacionais e para a realização de atividades integrativas nos seus ambientes. E essa redução para 0,3% coloca em risco a manutenção dos parques. É bom lembrar aqui de que em 2017, na troca de gestão, nós tivemos problemas sérios em relação à zeladoria dos parques urbanos. E nós não podemos repetir agora, nessa troca de gestão, por mais que seja a reeleição do Bruno Covas, nós não podemos repetir esse problema porque é significativo.

Então, temos outras questões importantes aí, que os meus companheiros também citaram, em relação à renovação dos quadros técnicos da Secretaria do Verde; a questão das áreas de mananciais, que já é notória, inclusive publicada em matéria da *Folha* e da *Veja*. A degradação das áreas de mananciais e das áreas remanescentes.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Para a sua conclusão, Mateus.

**O SR. MATEUS HENRIQUE BERTO** – Então, para concluir, reforçar o aumento de 1% para o Verde e Meio Ambiente. E também aproveitar a presença do Secretário para questionar a concessão do Ibirapuera, que veio em uma discussão de que reduziria a carga orçamentária, a carga de custo da Secretaria do Verde e Meio Ambiente e que esse valor teoricamente economizado para a Prefeitura seria destinado para outras áreas, para outras demandas do Verde e Meio Ambiente. Mas o que nós estamos percebendo é que não. Na verdade, o orçamento está sendo reduzido. Então, eu gostaria de deixar essa pergunta.

E, aí, por fim, com a concessão do Ibirapuera, nós tivemos o problema com a marquise do Ibirapuera e os custos vieram para o Município de São Paulo. Então, que concessão é essa? É para gerar lucro para a Construcap e os custos continuam vindo para o município?

Então, eu gostaria de deixar essa pergunta para o Secretário de Finanças e

agradecer a todos e parabenizar a todos pela participação e pela preocupação com o Orçamento e com as políticas públicas. Um abraço. Valeu.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Mateus.

Secretário Philippe Duchateau, para essa rodada.

**O SR. PHILIPPE DUCHATEAU** – Ok. Obrigado a todos pelas considerações.

Vou tentar, de novo, ser objetivo e direto nas colocações novas. Muitas delas, repetiram as colocações anteriores. Então, vou me ater às questões novas que foram colocadas.

Acho que na primeira intervenção, o Sr. William perguntou sobre como que as receitas de publicidade, especialmente dos abrigos dos ônibus, revertem para o orçamento público. Como que elas afetam isso. Eu queria esclarecer, William, que os abrigos, os relógios fazem parte de uma concessão. Então, a responsabilidade pela manutenção e, ao mesmo tempo, o valor decorrente das outorgas relacionadas a isso é o objeto dessa concessão. E, sim, o recurso é disponibilizado em uma conta da SPObras e gerenciado pela empresa. Então, sim, a receita que ultrapassa, vamos dizer assim, os custos de manutenção e os investimentos necessários nisso, são disponibilizados para a municipalidade. E a publicidade do ônibus é muito pequena, muito incipiente, mas faz parte, sim, das receitas dos operadores e é descontada a necessidade de subvenção..., a compensação tarifária. Então, é dessa forma que a municipalidade se aproveita das receitas geradas com publicidade nesses equipamentos.

Queria fazer uma consideração para a Sueli, para todos que nos ouvem, e vários colocaram sobre essa questão da diminuição dos recursos para a Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Queria deixar claro que sim, foi por conta das concessões que o orçamento municipal se viu desobrigado a manter, ali, despesas para a manutenção, zeladoria dos parques. Ou seja, despesas de vigilância, despesas com a preservação dos parques foram transferidas ao parceiro privado que assumiu a concessão, concessão esta discutida no âmbito da Câmara Municipal, aprovada por lá e que faz parte de uma visão de que é importante trazer, sim, os parceiros privados para a gestão de determinadas funções da Prefeitura como, por

exemplo, a manutenção e a melhoria dos parques urbanos. O Ibirapuera e outros parques têm um fluxo muito importante de pessoas que os visitam todos os dias, especialmente aos finais de semana, e melhor os parceiros privados na exploração das receitas possíveis, dentro desse parque, para reverter isso em função da sua própria manutenção, da sua própria melhoria, do que deixar isso à conta do poder público. Então, é um ganha-ganha para a cidade e isso não que dizer, de forma alguma, que a redução do orçamento significa maior degradação desses parques.

Também foi muito discutido aqui sobre a revisão da remuneração. Eu queria dizer e esclarecer a todos que a revisão da remuneração dos servidores não se dá meramente pelo envio do projeto de lei que atualiza o valor das remunerações. Há mecanismos e dispositivos que dão reajustes, independentemente do envio do projeto de lei. Se pegarmos a folha e dividirmos pelo número de funcionários, a população vai perceber que os servidores não tiveram reajuste só de 0,1 ao ano ou de 1,1% neste período mais recente, como foi comentado aqui. Então, é importante esclarecer que sim, a valorização dos servidores acontece por meio de dispositivos previstos em suas remunerações, que são aplicados automaticamente, independentemente do envio do projeto de lei. E evidentemente que carreiras específicas são também contempladas por projetos específicos a elas, e isso aconteceu nos últimos anos.

Acho que o Sr. Paulo Roberto colocou aqui, além da sugestão da melhoria da plataforma, que como disse anteriormente, estamos abertos à discussão. Mas ele perguntou especificamente do valor para CEUS, para a construção e implementação de novos CEUs no orçamento. São 15 milhões previstos no orçamento deste ano para a construção e implementação dos CEUS.

**O SR. PAULO ROBERTO** – Secretário, é sobre o CEU Cidade Ademar.

**O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU** – A distribuição disso entre desapropriação ou construção do CEU A, do CEU B ou do CEU C, isso não está decomposto na peça orçamentária. Ali é o orçamento para todos os CEUs e para todos os investimentos necessários no ano seguinte. Volto a dizer, o projeto já está em discussão na Câmara

Municipal. Pode ser suplementado ou reduzido durante a tramitação. Mas a quantia de 15 milhões não está discriminada por qual equipamento.

A Paula Caroline pergunta se há previsão de nomeação a curto prazo. Eu acho que eu respondi isso na vez anterior, mas volto a reforçar aqui. A contagem do tempo dos concursos que venceriam no estado de emergência foi suspensa enquanto perdurar o recurso da emergência e vai ser discutida após esse término em um cronograma compatível com as vedações impostas pela Lei Complementar nº 173, que prevê a nomeação de novos concursados para a reposição das vacâncias, apenas. Isso até o final de 2021. A partir de 2022, não existe essa restrição.

Bom, Ivan. Desculpe-me. Realmente eu não posso, não consigo conciliar agenda para estar presente em todas as audiências públicas, mas saiba que em todas elas eu faço questão que tenham lá representantes da Secretaria, para que eles me reportem tudo o que foi discutido, tudo o que foi proposto, tudo o que foi debatido nessas audiências. Sobre reforma previdenciária, sobre a necessidade ou não de uma reforma previdenciária, eu diria para você que sim, é necessário ter uma nova reforma no sistema previdenciário do município. Se isso vai acontecer este ano, se o envio do projeto de lei vai acontecer neste ano ou no ano que vem, ou daqui a cinco anos, essa é uma discussão para o plano de governo a ser apresentado pelo prefeito e sua equipe. O que eu posso dizer é que o problema previdenciário ainda é um problema muito grave. A reforma que foi feita antes da mudança constitucional, que foi a majoração da alíquota e a instituição da previdência complementar para os novos ingressantes, foi a reforma possível de ser feita antes da mudança na Constituição, que autorizou rever tempo de contribuição, idade mínima, entre outras possibilidades, para equacionar o déficit. E o normativo todo, discutido no âmbito da reforma no Congresso Nacional, previu, inclusive, sanções aos estados e municípios que não apresentarem um plano viável de equacionamento de seu déficit atuarial, com a possibilidade de cassar o CRP e, aí, inviabilizar transferências voluntárias da União ou, então, garantias em operações de crédito, coisa que é muito importante para financiar os investimentos municipais.

O Congresso Nacional tem lá uma PEC que agora, por conta da pandemia e por conta até das eleições municipais, arrefeceu a discussão, que é a PEC paralela. O que prevê a PEC paralela? Aplicar, estados e municípios, as mesmas condições que foram aplicadas aos servidores federais. Então há uma possibilidade de que isso volte a ser discutido lá.

Independente disso ou não, a questão previdenciária é delicada. Na LDO, inclusive, tem a projeção dos déficits financeiros do regime previdenciário ano após ano, é possível perceber como isso vai aumentar ao longo dos próximos anos chegando rapidamente a 10 bilhões de reais, valores hoje que estão aproximadamente 5,5 bilhões. Então percebam como isso é delicado e como compromete a sustentabilidade da Prefeitura e do próprio pagamento dos benefícios. Então é sim importante.

Agora quanto ao *time*, se isso vai ser feito no ano que vem ou se isso vai ser feito em outro momento, ou como essa discussão avança no Congresso Nacional, acho que isso importa também para a decisão no âmbito municipal. Isso vai ser devidamente anunciado no seu tempo, não tenho nenhuma afirmação de que vai ser enviado qualquer projeto de lei no curto prazo.

Bom, acho que percorri, Vereador, os pontos aqui colocados. Volto a dizer, me ative mais aos novos pontos em relação à rodada anterior. Acho que percorri aqui. Fico à disposição.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Secretário. Qualquer coisa, temos uma última rodada e uma rodada final do Secretário para alguma coisa que tenha ficado para trás.

Vamos lá, Débora Iacono.

**A SRA. DÉBORA IACONO** – Boa tarde a todos, sou Débora Iacono, Gestora no Parque Ibirapuera e faço parte do Fórum Verde Permanente.

Quero fazer algumas pouquíssimas colocações e reforçar o que os meus colegas já falaram, mas antes gostaria de falar, Donato, o que foi falado logo no começo desta audiência, a sua preocupação com relação às receitas e às despesas, claro. Mas fico pensando o quanto

é importante o Governo Municipal se preocupar, óbvio, com as receitas, a população também. Mas a sociedade civil está muito preocupada com as suas necessidades, com as necessidades emergentes, com as coisas que vem acontecendo e que não seriam necessárias, enfim.

Então realmente acho que este é o momento de as pessoas virem e falarem sobre despesas, infelizmente. Às vezes tentamos falar alguma coisa sobre receita, mas isso é bem complicado. E aí fico pensando, por exemplo, no caso da Marquise que agora muito está se falando, apesar de que não foi o Conselho Gestor do Parque que moveu ação contra a Prefeitura sobre a Marquise, apesar de já termos tentado falar sobre isso, mas porque a Prefeitura ao invés de trabalhar o Anhangabaú e fazer toda aquela obra gigantesca, não terminar e ter defeitos, e não pensar nesses monumentos, não pensar nesses espaços que correm risco, que se cair mata alguém.

E essa é uma briga nossa gigantesca, sobre essa preservação. Nossa grande preocupação realmente é com a preservação e criação de espaços verdes, como os parques, praças, a questão dos mananciais, as ocupações irregulares e ilegais, isso muito bem apresentado pelo Vereador Natalini, e pouco vemos a Prefeitura atuando nesses espaços. E o quanto é importante a Prefeitura trazer soluções para o município com relação aos parques e com relação ao 1% que a Secretaria tem de voltar a ter.

Muitas vezes, óbvio, temos contato com a Secretaria do Verde, mas quantas vezes não conseguimos que alguém da Secretaria participasse, porque uma única pessoa fazendo vistoria nos 77 parques que estão abertos. Como uma pessoa pode fazer isso? Acho que a Secretaria não está sucateada, mas está vazia, a população está necessitando de que a Secretaria do Verde e Meio Ambiente cuide das árvores que estão caindo. Por fortes raios, por ventos? Não. Porque estão cheias de cupim. Isso é muito complicado, esta semana morreu gente por causa disso.

Então a luta do Fórum é ter o 1% tão necessário, não ideal, mas que agora ajudaria muito. Isso tem de voltar para a Secretaria do Verde. Quase não tem ninguém para ajudar as pessoas do Parque. Então sim, precisamos desse 1%, o Fórum está lutando por isso e

esperamos que como o Prefeito assinou a carta, alguns Vereadores desta Casa, que já são Vereadores e os futuros Vereadores cumpram com o que aceitaram e acordaram com os termos que estão nessa carta.

Muito obrigada a todos, peço uma atenção especial para o nosso verde, que é saúde mental e saúde física. Boa noite a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado. Próximo, Clóvis Ferreira.  
(Pausa) Próximo, Fabio Blaz. Fabio, com a palavra.

**O SR. FABIO QUE BLAZ** – Boa tarde a todos, obrigado pela oportunidade. Boa tarde ao Secretário Philippe, obrigado pela palavra, represento os auditores municipais de controle interno concursados, não chamados ainda.

A pandemia explicitou a necessidade e a importância do controle interno, onde diversas licitações tiveram a sua dispensa exigindo mais auditorias e transparência. Precisamos focar no controle interno e combate à corrupção fortalecendo a Controladoria Geral do Município.

O orçamento da CGM só vem diminuindo ano após ano. Há 20% de cargos vagos de auditores, hoje são 69 auditores para um orçamento de quase 70 bilhões. Não estão sendo repostas as vacâncias, que é uma exceção a LC 173. O controle de combate à corrupção não pode ser deixado em segundo plano. Controle é investimento, é fazer muito e bem feito com o pouco que temos, para cada um real gasto a CGM retorna quatro para a Prefeitura. Então é um investimento realmente.

Para 2021, precisamos fortalecer esse controle interno. Repor em 2020, agora, as duas vacâncias que saíram este ano, que estão paradas na Secretaria da Fazenda desde setembro. A Secretaria da Fazenda aprovou um crédito de 1.6 milhão para a folha e negou um crédito de 30 mil reais para a reposição dessas duas vacâncias. É um pouco incongruente aí.

Para 2021, emendar ao projeto de lei, porque não estão sendo contempladas sequer as vacâncias e que sejam contempladas realmente essas vacâncias para nomeação dos auditores, lembrando que a suspensão dos prazos dos concursos foi exatamente para



garantir aos concursados que essa nomeação ocorra. Nada impede que pelo menos as vacâncias ocorram e não vimos nenhuma nomeação este ano. O que queremos são as nomeações durante a suspensão e que é exceção a LC 173, e que o orçamento de 2021 contemple. E para 2020, que essas duas vacâncias agora, que estão na DMOV, sejam autorizadas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Fabio. Próxima, Beatriz Rangel.

**A SRA. BEATRIZ RANGEL** – Boa tarde a todos e todas, saúdo os membros do Legislativo, Secretário da Fazenda, dizer também que sentimos sua falta na audiência pública temática da Cultura, lamentamos sua ausência. Saúdo os demais funcionários públicos presentes e agradeço a oportunidade desta fala.

Sou Beatriz Rangel, sou trabalhadora do setor da Cultura, da área da dança. Estamos aqui numa construção coletiva com a participação de diversos movimentos culturais, que estão há anos defendendo as políticas estruturantes da Cultura e o incentivo do investimento público para a Cultura, para a política cultural.

Gostaria de fazer um destaque aqui, que é a defesa do Conselho Municipal de Política Cultural, que está previsto no Plano Municipal de Cultura e tem já um substitutivo sendo discutido na Subcomissão de Cultura. E esperamos que seja a aprovação neste ano e no ano que vem haja um recurso previsto para eleições, o Secretariado, a Relatoria, o funcionamento desse Conselho Municipal de Política Cultural.

Além disso, a garantia de 1% para o ano de 2021, disponível para a Secretaria Municipal de Cultura, orçado, mas efetivamente pago, porque realmente não dá para ficar com esse valor que estamos agora. É uma reivindicação histórica que, inclusive, muitos de vocês já conhecem de recuperação do que era antes do investimento com o setor da Cultura, com as políticas de Cultura e a solicitação de orçamento de 3% para a função 13, ao longo da próxima Gestão. O Fundo Emergencial da Calamidade Pública para o setor cultural de 50 milhões,

tendo em vista que a Covid 19 se prolonga. Isso é importantíssimo.

E o meu destaque mais específico da área da atuação em que me encontro, a dança, é para o orçamento previsto para o Centro de Referência da Dança, o CRD, no ano de 2021. Gostaria de destacar que o CRD é um projeto já consolidado de grande relevância para o setor da dança e da Cultura de São Paulo. Atende todas as regiões de São Paulo e também pessoas da Grande São Paulo. Existe há mais de seis anos e fica embaixo do Viaduto do Chá, no Vale do Anhangabaú, justamente a região em que está se dando a concessão de uso à iniciativa privada para sua gestão.

Então é curioso que o CRD traz para a região do Vale do Anhangabaú a ocupação sociocultural em que a concessão de uso à iniciativa privada tem intenção de promover num futuro lá longe, de até 10 anos, fazendo isso por meio da exploração de receita com eventos, com publicidade e locação dos espaços.

No entanto, a Cultura que defendemos, os movimentos defendem, a sociedade civil defende é aquela feita diariamente, aquela que tem a presença e ocupa tanto a região Central, quanto as regiões periféricas, porque a Cultura da periferia é muito forte. Até esqueci de dizer, mas reforço que metade do orçamento que defendemos, dos 3% para as periferias, mas essa Cultura se faz diariamente, não é a Cultura dos eventos, episódica.

Então solicitamos um investimento maior para o CRD, em 2021, no valor de 1,5 milhão. Entendemos o CRD não só como um espaço, mas uma política importante para as danças da cidade de São Paulo.

Também aproveito para falar do fomento à dança, no valor de 18 milhões, é o que tiramos no nosso setor. E a defesa do Programa de Iniciação Artística, o PIA, e Programa Vocacional, com o valor de 3,5 milhões para cada um desses programas.

Agradeço a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado. Próximo, Thiago Reis. (Pausa) Aldo Lúcio. (Pausa) Paula de Mattos. (Pausa) Talita Carolina Cabral.

**A SRA. TALITA CAROLINA RAMOS CABRAL** – Boa noite a todos, agradeço a

fala e escuta no espaço. Agradeço aos membros da Mesa virtual, os irmãos e irmãs de luta, a fala é breve porque o horário também já vai ficando pesado.

Vou complementar a fala da Rita Teles lá atrás, no sentido da necessidade de aplicação das ações afirmativas, porque quando se tem um Governo que faz uma campanha dizendo que fará ações contra essas questões de racismo cultural, se faz necessário direcionar o orçamento para isso. Isso parte da Câmara, mas também parte da Gestão na aplicação, porque é um atestado de racismo não ter ações antirracistas que se traduzem em ações afirmativas dentro do orçamento em quaisquer rubricas, em quaisquer segmentos.

Os problemas mais falados aqui foram desmonte, dificuldade, impedimentos. Essas palavras foram muito faladas e infelizmente todas elas têm a mesma raiz e quem acaba sendo mais prejudicado são as mesmas pessoas que precisam dessas ações afirmativas em todos os tipos de editais, de programas, de escolhas dentro do orçamento.

É complexo falarmos disso aqui e vamos trazer essa discussão à tona, 3% para a Cultura, sendo metade para ações afirmativas. Solicitamos que não haja cortes no Reggae e aprovação do PL 478/2019, sempre vamos afirmar, solicitar isso; 3 milhões para atividades da linguagem Reggae; ações afirmativas de auxílio emergencial nessa pandemia para a Cultura, de base e de forma desburocratizada, apesar de ter entendimento de onde vai sair esse recurso, isso não é problema da sociedade, de fato não é. O problema da sociedade é continuar viva sem trabalhar. Provavelmente a maioria das pessoas aqui que está conseguindo ter essa estabilidade não conseguiria estar trabalhando e viva ao longo do tempo.

A importância da questão do mapeamento, mas principalmente de busca ativa real neste momento de pandemia e a revisão de práticas implementadas nos editais para além do fomento às periferias. E ressaltar a solicitação da Mayara sobre a permanência desse ambiente teams, lembrando que as solicitações vão se repetir porque a sociedade precisa das mesmas coisas. E estamos aqui em maioria solicitando as mesmas coisas, pedindo compreensão para que essas demandas possam ser encaixadas.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado. Próximo, Ildo Silva. (Pausa) Próxima, Suelen Garcez. (Pausa) Próxima, Isabelli Zavarello. (Pausa) Próximo, Igor Orsolon. Igor com a palavra.

**O SR. IGOR ORSOLON DO PRADO** – Boa noite a todos, a todas, Vereadores e Secretários. Vou puxar três pastas com reivindicações que seriam para a Cultura, Esportes, não, duas, Educação é só um apontamento. Estou pedindo políticas estruturais para o Movimento Hip Hop, que é o mês do Hip Hop, 3 milhões; cinco casas de Hip Hop, que daria 2,5 milhões; o território Hip Hop, que seria o vocacional de 2 milhões.

Sigo a linha do Hip Hop Esporte, porque o Breaking, agora, na semana que vem, vai entrar na grade olímpica. Então vai se tornar um esporte olímpico e aí entro na Pasta de Esporte, que tem 126 milhões que estão provisionados para 2021, e apenas 775 mil para eventos. Então pensando numa modalidade olímpica, em que precisaria ter eliminatórias, formação e tudo mais, também estou pedindo 2 milhões para o (Ininteligível), na parte de desportos.

Agora, venho com a questão de um apontamento. Em 2020, houve a aquisição de equipamentos que oneraram o orçamento de 2020, na Educação, que foram os tablets e a internet 4G. O gasto foi de 435 milhões na Educação e nós não tivemos as aulas. Mesmo assim existe um valor provisionado, para 2021, de 144 milhões alocados já para tecnologia da informação. Então queria entender como vai ser esse aporte, porque praticamente já foram investidos 435 milhões e agora será novamente investido, no mesmo apontamento, 144 milhões em equipamentos.

E, para manter o coro de todo mundo aqui, 3% para a Cultura de São Paulo e 1% para a Secretaria de Cultura.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado. Próxima, Anamelia Zara.

**A SRA. ANAMELIA ZARA** – Boa noite a todas e a todos. Sou servidora aposentada do Município e gostaria de lembrar ao Secretário de Finanças que o nosso

aumento, enquanto servidor público, é dado em consentimento pela Câmara Municipal.

Então se consultarmos os últimos 10 anos, de fato os servidores receberam o aumento de 0,01% ao ano. Isso significa que chegamos a ter um aumento de 1,11% em 10 anos, quando a inflação de fato chegou a medir um índice maior do que 85%. Existe o recurso emergencial, que está sendo regido por uma legislação federal, só que não está previsto que não seja possível pagamentos judiciais ou de reposição inflacionária.

Então o próprio relatório do TCM aponta isso que eu estou colocando aqui.

E gostaria de lembrar que precisa haver previsão e rubrica orçamentária para corrigir essa defasagem, porque é justo. Nós não conseguimos sobreviver enquanto os nossos salários ficam parados dez anos sem aumento. Gostaria de dizer também que nós fizemos um serviço público de qualidade. Nós fazemos um serviço público de qualidade e merecemos ser tratados com a dignidade que o servidor público merece. E eu gostaria de dizer que não são os aumentos de alíquota previdenciária que vão garantir a previdência do município. Se forem atrás dos grandes devedores, dentre eles, os bancos, que devem aos cofres públicos “zilhões” de recursos, e se eles pagarem as suas dívidas, não vai precisar sacrificar os servidores com alíquotas aumentadas. Isso é o que eu gostaria que não somente o Secretário ouvisse, mas a Câmara também ouvisse, porque ela foi quem votou pelo aumento, no Sampaprev, de 4% da nossa alíquota previdenciária. E eu espero que desta vez tenham a hombridade de não votar nesse aumento das alíquotas.

Eu agradeço a oportunidade de poder dizer isso. Os meus cabelos brancos não me permitem ficar inventando coisas. Eu estou falando com base nos dados de quem viveu e vive ainda a relação da cidade e como servidora pública que eu sou. Apesar de inativa, já que não estou mais ocupando cargo, não estou mais atuante na Prefeitura, mas eu já trabalhei muito, mais de 30 anos. E agradeço muito a oportunidade de poder falar em nome dos servidores.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado.

O próximo orador é o Sr. Dom Wagnão.

**O SR. MÁRIO** – Vereador Donato?

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Quem falou?

**O SR. MÁRIO** – Mário.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Mas ele já não havia falado antes?

**O SR. MÁRIO** – Eu acho que não.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Bom, ao final, eu o chamo novamente.

Mas eu acho que ele já havia falado. Por isso que eu pulei.

**O SR. MÁRIO** – Eu vou me certificar aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Dom Wagnão com a palavra por três minutos.

**O SR. DOM WAGNÃO** – Vereador Donato, boa noite. Boa noite a todos: Soninha, Suplicy, Atilio Francisco; ao Secretário de Finanças, Philippe. Saudar meus camaradas dos movimentos culturais.

Para quem não me conhece, eu sou compositor, sou rapper, sou produtor de arte, sou oficinairo também, sou coordenador de alguns coletivos e faço parte do Fórum de Hip Hop de São Paulo.

A gente já havia dialogado na última audiência pública com o Secretário de Cultura, e a gente pediu algumas coisas, não teve uma contrarresposta boa, mas eu vou frisar bem aqui essa questão das políticas estruturantes do Movimento Hip Hop.

A gente pediu três milhões. A gente precisa que seja isso para poder chegar em todos os profissionais da arte que faz o hip hop. As cinco casas de hip hop nas cinco regiões – centro, norte, sul, leste, oeste –, dois milhões e meio. Para o Território Hip Hop, o Vocacional, a gente está pedindo dois milhões. E que seja incluído o *break*, que tem o nosso querido amigo Igor, que faz parte também do *break*. Então que ele possa fazer parte da pasta do esporte, com dois milhões. Esse é o pedido que a gente está fazendo pelo hip hop.

A gente sabe a necessidade que tem e a gente sabe como está sendo tratado o hip hop esse ano. Existe uma luta de classe muito grande. Eu vi várias pessoas falando aqui, até de questões de favelização. Essa palavra mostra bem como as pessoas enxergam quem mora

nos extremos.

Eu moro no extremo da Norte, eu sei bem como essa palavra separa a gente. E assim: só para falar para essas pessoas que falaram essa palavra que, na questão da luta de classes, as pessoas não estão ali porque elas querem exatamente estar ali, é porque elas não têm outra opção. Então a ausência do estado faz com que as pessoas estejam lá. Então é uma coisa muito complicada classificar as pessoas que estão naquele local como as culpadas disso.

Só deixar bem claro sobre essa palavra *favelização*: eu sei bem o que é isso porque eu moro em quebrada também. E é isso. Só deixar bem claro que a gente ter o Conselho Municipal de Cultura e frisar bem esse fundo para ajudar os trabalhadores. A gente tem gente aí que está passando um veneno gigantesco.

Obrigado, pessoal. Boa noite.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – O próximo e último inscrito é o Mestre Palito.

**O SR. MESTRE PALITO** – Boa noite a todos e a todas – Vereador Donato, aos outros Vereadores e Vereadoras, a todos os irmãos.

Eu sou o contramestre Palito, sou formado em Pedagogia, sou educador social. Faço parte do Coletivo – GT – de Capoeira. E também, junto com os meus irmãos aqui, eu vim reforçar a falado orçamento para a cultura, de 3%; e 1% agora para a Secretaria Municipal de Cultura. Eu estou falando da capoeira.

E eu fui contemplada em várias falas quanto às questões de políticas públicas e ações afirmativas. Todo mundo sabe que a capoeira é patrimônio e bem imaterial da humanidade. A capoeira está dentro da Lei 10.639; a capoeira está dentro do Estatuto da Igualdade Racial. E a capoeira não tem fomento. Então a gente vem aqui reivindicar uma rubrica de cinco milhões, a princípio, para a capoeira.

Ano passado, eu tinha um projeto para a construção da (ininteligível) de capoeira, e o Bruno Covas votou esse projeto. Eu estou até com o artigo dele vetado aqui. E ele foi discriminatório nesse veto. E agora, reeleito prefeito, você pega ele falando que vai combater o

racismo, falando do racismo estrutural. Se ele quer combater de verdade, ele tem que investir na cultura, e na cultura negra e na cultura indígena, porque elas lutam contra o genocídio da população negra, elas enfrentam o machismo, esse pensamento conservador que a gente tem nessa cidade. Tem que investir na cultura transforma; principalmente, na cultura negra e na cultura indígena, q são atacadas diariamente. Não tem fomento específico para essas culturas. Então eu venho aqui falar por políticas públicas efetivas principalmente para a cultura negra e a indígena.

E só para finalizar: a gente participou da outra audiência, eu perguntei para o ao Secretário da Cultura, e ele não respondeu – porque eu sou oficinairo também pela Secretaria da Cultura, e eu estou sem receber desde agosto. Então sou só eu, não, a maioria dos oficinairos. Tem o projeto *Vai*, que o dinheiro não saiu. Ele falou que vai sair daqui a uns dez dias. Eu queria perguntar para o Secretaria da Fazenda como é que fica essa situação, que a gente vai cobrar a Secretaria, e eles mandam um texto falando que está em colapso. Pô, se a Secretaria está em colapso, nós, trabalhadores da cultura, que temos que pagar nossas contas, como é que estamos, então? Eu quero ver como é que fica essa questão do pagamento, urgente, porque estamos vivendo um momento de pandemia e todo mundo está sem receber. Isso é muito grave.

É isso. Essa é a nova reivindicação. E assim: todo país que investe na cultura, na educação, no esporte, o índice de criminalidade vai lá embaixo. Então isso que a gente está falando aqui é o mínimo de reivindicação, que está dentro da nossa Constituição – o direito à saúde, à cultura, à educação, ao meio ambiente. É isso. Acho que isso é o mínimo de reivindicação que a gente está fazendo aqui e dá para cumprir todas as reivindicações que nós estamos fazendo aqui.

Vamos continuar lutando por políticas públicas efetivas para o nosso povo, para a melhoria da nossa cidade, do Município de São Paulo.

Gratidão a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Pessoal, o Palito foi o último inscrito. Eu



queria consultar a Vereadora Soninha e o Vereador Atílio Francisco se desejam fazer uso da palavra.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Não, Presidente, não vou. Depois eu mando as minhas considerações por escrito. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Soninha.

Atílio quer fazer alguma questão?

**O SR. ATÍLIO FRANCISCO** – Também só me colocar à disposição de todos, que possam enviar as duas demandas de tudo que foi dito na audiência pública, que nós estaremos aqui procurando fazer o melhor trabalho possível, como sempre procuramos fazer, para atender todas as reivindicações apresentadas pelos setores e pela população de São Paulo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Atílio.

Thulyo, do Tribunal de Contas, alguma consideração?

**O SR. MARCOS THULYO TAVARES** – Não, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Obrigado, Thulyo.

E só queria fazer uma última questão para o Secretário, sem querer polemizar. Mas, é evidente, o senhor tem razão na questão da PGV, mas a questão da alíquota... qualquer uma... criar uma nova alíquota para o IPTU, pode ser feita inclusive esse ano, se tiver a disposição.

Agora, eu queria conversar como senhor, para que a gente tenha um relacionamento muito transparente. Porque parece que “bom, o orçamento está na Câmara, e a Câmara faz o que ela quiser e está feito”, e a gente sabe que não é assim. As pequenas mudanças que nós fizemos o ano passado, as pequenas alterações, foram imediatamente congeladas pela Secretaria de Finanças em seguida. Então a gente precisa ter um entendimento para a gente construir o melhor possível. Aqui já foi falado que acabou a eleição. Acabou. Eleição é só daqui a quatro anos. Mas a gente precisa encaminhar essas questões e tentar ver de que maneira a gente consegue atender o máximo de reivindicações.

Então eu queria solicitar ao senhor, se for possível, se na segunda-feira à tarde, eu, o Atílio, que é o nosso Relator, a Soninha, se quiser participar, que pudéssemos ter uma reunião com o senhor para tratar de todas as demandas nessas audiências todas e ver de que maneira a gente pode encaminhar, para que a gente possa fazer o melhor trabalho conjunto, mas que ele possa ser efetivo, que a gente não faça aqui e, depois, a gente não consiga ter a implementação do que está aprovado. Então se na segunda à tarde a gente poderia ter essa conversa.

E aí o senhor fica à vontade, agora, para fazer o encerramento.

Quanto à questão do caixa, eu não quero insistir. No dia 1º de janeiro a gente vai saber qual que é o caixa, tá certo? Então eu não vou insistir mais nesse debate. No dia 1º de janeiro a gente sabe.

**O SR. PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU** – Bom, eu acho que muito do que foi colocado aqui repete os argumentos colocados anteriormente.

Eu não anotei o nome da pessoa que perguntou por que tem mais de 100 milhões na Secretaria de Educação para ações de tecnologia.

Eu só queria esclarecer que a Secretaria de Educação, como uma secretaria grande que é, gasta muitos recursos com sustentação de sistema, o seu parque tecnológico de TI. E agora acrescido, inclusive, com a manutenção dos planos de internet de toda essa comunicação de alunos e professores por meio dos *tablets*. Então a despesa de TI da educação é uma despesa expressiva e continuará sendo ao longo dos próximos anos.

Acho que foi a última pergunta, sobre pagamento de oficineiros.

Queria dizer que não há felizmente qualquer restrição financeira para o pagamento dos compromissos da Prefeitura. Então o pagamento devido, reconhecido pela Secretaria, enviado aqui para a Fazenda, para efetuar o pagamento, assim o será. Eu não sei explicar o motivo por algum atraso de pagamento de oficineiros. Eu quero garantir a todos que não é por insuficiência de caixa.

Bom, sobre nova alíquota, Vereador Donato, é verdade. Bom, primeiro, é isso: no

ano que vem é a discussão da PGV e os efeitos da PGV sobre o orçamento se darão no ano que vem.

Sobre nova alíquota, por que nós não enviamos esse ano, para ter em vigor o ano que vem; e por que não faremos uma nova alíquota, independentemente de uma revisão da PGV: porque o nosso Prefeito eleito disse no seu compromisso de campanha que não vai haver aumento de carga tributária. Então uma medida isolada para criar uma alíquota adicional, independentemente de uma revisão numa planta genérica de valores, seria ferir frontalmente o compromisso que ele assumiu com a população e referendado pelas urnas. Então essa é uma diretriz que veio dessa gestão e seguirá para a próxima: de não haver aumento de impostos.

A discussão da PGV é uma discussão mais complexa; ela corrige as distorções que há na cobrança do IPTU pelo tempo entre uma revisão da PGV e outra. A gente sabe que a cidade... a valorização imobiliária na cidade se dá de forma desigual. Portanto, é na PGV que você harmoniza tudo isso. Ou seja, uma casa que vale um milhão em determinado bairro tem que pagar o mesmo IPTU de uma casa que vale um milhão em outro bairro. É por meio da PGV que se equaliza tudo isso. Então essa é a explicação de por que é possível discutir tudo isso na revisão na planta genérica de valores e por que não enviamos um projeto de lei específico para uma nova alíquota.

Bom, sobre o que aconteceu no ano passado, eu vou aproveitar a audiência pública. Já falei isso em diversas outras audiências e vou reiterar aqui a explicação do que aconteceu logo em janeiro com o congelamento e com anulação de despesas acrescidas no orçamento por meio das emendas na Câmara Municipal.

Boa parte das mudanças executadas na Câmara Municipal foi promovida por meio da anulação de quase 570 milhões, se eu não me engano, das despesas de recomposição dos depósitos judiciais. Então essa anulação de fato não poderia ter sido feita, uma vez que é um compromisso da Prefeitura com amortização de uma dívida que a Prefeitura assume – ao levantar os recursos dos depósitos judiciais, fica uma pendência para a recomposição desses valores. E a gente teve que anular e recompor essa dotação. Foi medida acertada, porque os

770 milhões, aproximadamente, que estavam dotados naquela ação se mostrou até insuficiente. Já estamos com orientação de 20 milhões para essa dotação; e estamos ampliando o que vai acontecer nesses últimos dias de dezembro, para ver se é necessário mais do que esses 20 milhões. Então é preciso que a Câmara Municipal faça remanejamento dentre dotações que são possíveis de serem anuladas.

Quanto a esse diálogo que o senhor me convida a participar para a próxima semana, claro, estou aberto; é só o problema da segunda-feira em si, que a agenda está bastante tomada. Mas, como fizemos nos outros anos, eu e especialmente o Secretário Orlando, estamos à disposição do Relator. Eu não sei se já está indicado o Relator do orçamento. É o próprio Atílio, né? Avisaram aqui que é o Atílio. Então o Dr. Atílio, junto com os demais Vereadores. Estamos abertos, como sempre estivemos todos os anos, para discutir isso.

Colocamos no passado a preocupação de tirar remuneração de depósitos judiciais, e eu acho que esse ano mostrou a visão acertada da Prefeitura. Foram suprimidos 500 milhões, tivemos que recompor e ainda faltou. Então faço aqui o apelo para que os remanejamentos se deem com anulações de despesas passíveis de serem anuladas. Então fica esse o meu pedido.

Fico à disposição, junto com o Secretário Orlando, para organizar não só um encontro como vários encontros, tantos quantos forem necessários, para fazer a discussão da aprovação do orçamento para 2021, que rogo que seja feita esse ano, para que a cidade entre, já no dia 2 de janeiro, no primeiro dia útil, com o orçamento aprovado.

Presidente, essas eram as considerações. Acho que cobri todas. E continuo à disposição. E queria agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui, ouvir as considerações dos Vereadores, dos munícipes. E agradecer por esse debate e a sua riqueza na construção da pela orçamentária do ano que vem.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato)** – Então, Secretário, o senhor verifique a sua agenda, por favor, porque nós também temos as sessões da Câmara, pretendemos votar

em primeira na quarta-feira, então também temos uma urgência para fazer o melhor trabalho possível, com a máxima transparência possível. Então, assim que o puder nos dar um retorno, se não for segunda-feira, na terça de manhã, se for possível, porque terça à tarde tem sessão, para que a gente possa agilizar essa conversa que eu acho que é importante para que o processo seja o melhor possível. Tá bom?

Queria agradecer a Secretário, agradecer ao representante do Tribunal de Contas, às Vereadoras e aos Vereadores, e, em especial, a todos os que participaram dessas quase quatro horas e meia de audiência pública, colocando a sua opinião, as suas posições. A gente teve um debate importante aqui sobre a questão da cultura, do verde, dos concursos públicos, do funcionalismo e de demandas também regionais. Então é muito importante que a gente consiga dar prosseguimento e retorno a essas demandas todas.

Muito obrigado. Boa noite a todos e a todas. Agradeço a participação mais uma vez. Um abraço.